



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO-UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PROPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM COGNIÇÃO,
TECNOLOGIAS E INSTITUIÇÕES-PPGCTI

MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES

**POLÍTICAS DE CULTURA E TECNOLOGIAS: O FAZER DO TEATRO NO
PERÍODO DE PANDEMIA EM MOSSORÓ-RN**

MOSSORÓ-RN

2023

MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES

**POLÍTICAS DE CULTURA E TECNOLOGIAS: O FAZER DO TEATRO NO
PERÍODO DE PANDEMIA EM MOSSORÓ-RN**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido-UFERSA, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologia e Instituições-PPGCTI.

Linha de Pesquisa: Experiências Humana, Social e Técnica

Orientadora: Profa. Dra. Gerciane Maria da Costa Oliveira

MOSSORÓ-RN

2023

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Mp Menezes, Maria Alcinete Gomes de Menezes.
Políticas de cultura e tecnologias: o fazer do teatro no período de pandemia em Mossoró-RN / Maria Alcinete Gomes de Menezes Menezes. - 2023.
87 f. : il.

Orientadora: Gerciane Maria da Costa Oliveira
Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições, 2023.

1. políticas culturais. 2. tecnologias. 3. teatro. 4. pandemia da covid-19. I. Oliveira, Gerciane Maria da Costa Oliveira, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES

**POLÍTICAS DE CULTURA E TECNOLOGIAS: O FAZER DO TEATRO NO
PERÍODO DE PANDEMIA EM MOSSORÓ/RN**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido -UFERSA, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições-PPGCTI.

Defendida em: 03/ 08/ 2023

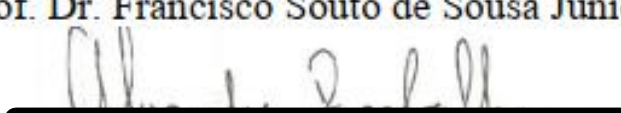
BANCA EXAMINADORA



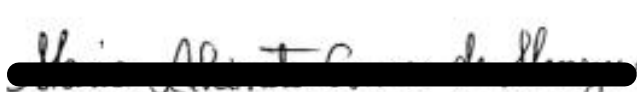
Profa. Dra. Gerciane Maria da Costa Oliveira



Prof. Dr. Francisco Souto de Sousa Júnior



Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho



Maria Alcinete Gomes de Menezes

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Deus por se fazer presente em tudo o que realizo em meu viver; por estar sempre comigo e por nunca me deixar desistir dos meus sonhos.

Agradeço a toda a minha família por estar sempre do meu lado, mesmo que seja em momentos difíceis. Aos meus pais, aos meus irmãos e minhas irmãs, que em meio às dificuldades, sempre me incentivaram a estudar para adquirir novos conhecimentos. Assim, com toda humildade, ensinaram-me a ser uma pessoa dedicada em busca dos meus objetivos de forma honesta, com resiliência e empatia, respeitando sempre o próximo.

Aos meus dois filhos, Linaeus Euler e Irineu Júnior, por compreenderem as minhas noites e dias ausente.

A todos/as os/as professores/as e à coordenação do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI).

Agradeço especialmente à minha orientadora, profa. dra. Gerciane Maria da Costa Oliveira, pelo compromisso e dedicação no desenvolver desta pesquisa, aprimorando os meus conhecimentos para que eu pudesse realizar um ótimo trabalho. Agradeço ainda pela paciência, pelos momentos de orientação e pelo tempo disponibilizado para me dedicar a esta pesquisa.

A todos/as aos meus/minhas amigos/as do PPGCTI que fizeram parte dessa trajetória, compartilhando os momentos de angústia e também os momentos felizes de conquistas.

À Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), por me proporcionar um ensino de qualidade, com o qual me sinto uma cidadã mais crítica e reflexiva diante das situações que a sociedade me proporciona.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Norte (FAPERN/CAPES), por estar sempre presente nesse caminhar, com incentivo à pesquisa científica e tecnológica, da qual participei como bolsista durante esse processo de formação como pesquisadora.

Aos professores/as da banca examinadora, prof. dr. Francisco Souto de Sousa Júnior, prof. dr. Alexandre Almeida Barbalho, por suas contribuições, que foram de grande valia para enriquecer este trabalho nesta fase fundamental de minha vida acadêmica.

Obrigada pela generosidade e afeto, os quais contribuíram para o meu trabalho.

AGRADECIMENTOS À CAPES E À FAPERN

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN).

“[...] a cultura é todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com os outros homens” (FREIRE, 1980, p. 38).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar as políticas culturais e as tecnologias como mediadoras das práticas culturais, descrevendo as produções artísticas, em especial, ao fazer do teatro, no período da pandemia da covid-19 na cidade de Mossoró/RN. Para atender ao objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo Estudo de Caso, compreendendo as seguintes etapas metodológicas: levantamento bibliográfico, análise documental/levantamentos de dados na internet e trabalho de campo. Como referencial teórico, conversamos com os/as autores/as que realizaram pesquisas sobre as políticas culturais, tais como: Barbalho; Barbalho e Rubim; Canclini e autores que abordam uma discussão em relação às tecnologias, como: Santaella; Castells, além de Hall, que discorre sobre a centralidade da cultura. Portanto, o estudo identificou as políticas públicas voltadas para os/as produtores/as de cultura do teatro lançadas durante o período da pandemia da covid-19 para a cidade de Mossoró/RN, de 2019 a 2022, e o espaço digital como campo de mediação cultural. Desse modo, no período pandêmico, as políticas públicas de cultura a Lei Aldir Blanc e Paulo Gustavo desempenharam um papel essencial na mediação e na manutenção das produções artísticas culturais.

Palavras-chave: políticas culturais; tecnologias; teatro; pandemia da covid-19.

ABSTRACT

The present work aims to identify cultural policies and technologies as mediators of cultural practices, describing artistic productions, in particular, in theater, during the period of the covid-19 pandemic in the city of Mossoró/RN. To meet the proposed objective, research with a qualitative approach of the Case Study type was carried out, comprising the following methodological steps: bibliographic survey, document analysis/data surveys on the internet and field work. As a theoretical reference, we talked with authors who carried out research on cultural policies, such as: Barbalho; Barbalho and Rubim; Canclini and authors who address a discussion in relation to technologies, such as: Santaella; Castells, in addition to Hall, who discusses the centrality of culture. Therefore, the study identified public policies aimed at theater culture producers launched during the period of the covid-19 pandemic for the city of Mossoró/RN, from 2019 to 2022, and the digital space as a field of cultural mediation. In this way, in the pandemic period, public cultural policies under the Aldir Blanc and Paulo Gustavo Act played an essential role in mediating and maintaining cultural artistic productions.

Keywords: cultural policies; technologies; theater; covid-19 pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teatro Municipal Dix-huit Rosado.....	36
Figura 2 – Teatro Lauro Monte Filho.....	37

LISTA DE BREVIATURAS E SIGLAS

CNC	Conselho Nacional de Cultura
FJA	Fundação José Augusto
LAB	Lei Aldir Blanc
LPG	Lei Paulo Gustavo
MINC	Ministério da Cultura
PPGCTI	Programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
TDC	Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Objetivos da pesquisa.....	8
1.1.1 Objetivo geral	8
1.1.2 Objetivos específicos.....	8
1.2 Metodologia.....	9
1.2.1 Participantes da pesquisa.....	9
1.2.2 Procedimentos metodológicos.....	9
1.2.2.1 Levantamento bibliográfico.....	10
1.2.2.2 Análise documental	10
1.2.2.3 Trabalho de campo	11
2 AS POLÍTICAS DE CULTURA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19	12
2.1 Recorte das políticas públicas dos Governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro.....	16
2.2 Políticas de cultura no Rio Grande do Norte	27
3 PRODUTORES DE CULTURA NO CAMPO DO TEATRO DA CIDADE DE MOSSORÓ: ESTUDO DE CASO	31
3.1 A cena do teatro em Mossoró no período da pandemia de Covid 19.....	32
3.2 A lei Aldir Blanc: entraves e viabilidade.....	48
3.2.1 Os entraves da Lei Aldir Blanc.....	52
3.2.2 A viabilidade da Lei Aldir Blanc.....	55
3.3 O papel das tecnologias para os/as artistas que fazem teatro em Mossoró no período da pandemia de covid-19.....	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista-Produtores de cultura do teatro	70
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista-Gestão de cultura	72
ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP	73
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	78

1 INTRODUÇÃO

A crise de saúde pública da Covid-19, diagnosticada na China no final de 2019, atingiu quase que simultaneamente todos os países, assim, todas as atividades foram paralisadas devido a necessidade do isolamento e distanciamento social. Neste seguimento, o setor cultural funciona, em grande medida, com o público de forma presencial, por meio de exposições artísticas, shows, amostras, espetáculos e outros. Por isso, no contexto da pandemia foi suspenso as atividades desse setor, sendo o primeiro a ter suas atividades encerradas e o último a retomá-las. Tal situação deixou os produtores de cultura à mercê das políticas públicas na busca por alternativas de continuidade de produção e circulação dos seus bens¹.

Com efeito, as políticas públicas emergenciais elaboradas em âmbito local e nacional impulsionaram a realização de atividades, como apresentações teatrais, *lives*, saraus, cursos e *workshops*, mediadas por suportes digitais. Observa-se que nessa configuração as tecnologias digitais apresentaram-se como importante mediação entre produções culturais/artísticas e o público, constituindo modos de fazer, distribuir e consumir os bens culturais/artísticos.

Considerando as políticas culturais e as tecnologias como mediadoras das práticas culturais, descrevemos as produções artísticas, em especial, o teatro, no período da pandemia de covid 19 na cidade de Mossoró/RN. Tomamos como problema de pesquisa, quais as políticas públicas destinadas aos produtores culturais no período da pandemia do Covid-19 na cidade de Mossoró/RN e como os grupos de teatro se adaptaram nesse contexto para continuarem existindo?

Pretendemos entender os impactos causados pela pandemia no setor cultural, as estratégias de organizações dos produtores de cultura do campo do teatro, como o setor cultural se organizou nas montagens de espetáculos teatrais durante a pandemia da Covid 19? Este setor teve suas praticas valorizadas? Como se desenvolveu as praticas tendo como foco as tecnologias da informação e comunicação?

¹ “Em diferentes países do mundo foram criados programas de ajuda econômica para lidar com as consequências da pandemia, em vários deles foram adotadas medidas exclusivas para artistas e profissionais independentes do setor cultural” (RUBIM, 2007, p.195).

O estudo inscreve-se na linha de pesquisa Experiências humana, social e técnica, do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Muito embora o presente estudo não tenha natureza de uma pesquisa macro, ele busca dialogar com um conjunto de “pesquisas internacionais e nacionais que se debruçaram sobre os efeitos da pandemia nos agentes dos setores cultural e criativo” (ROCHA *et al.*, 2020, p. 138), compreendendo as principais potencialidades e os limites do uso de pesquisas como subsídio para formulação de políticas culturais de apoio ao campo da cultura no período de pandemia de Covid 19.

O interesse pelo tema de pesquisa surgiu a partir das reflexões da pesquisadora e estudos prévios sobre a problemática no campo da cultura. Inicialmente, a motivação para a realização deste trabalho surgiu por interesse pessoal e pela relação com o projeto de seleção para o PPGCTI da UFERSA. Posteriormente, por experiências vivenciadas e ações desenvolvidas no grupo de pesquisa pertencente à Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN), com o tema: “Desenvolvimento e integração de tecnologias e materiais para a sustentabilidade e a preservação do semiárido no ano de 2021 a 2023”. Assim, o recorte deste estudo foi se desenhando na viabilidade do trabalho, que requer esforço, dedicação para efetivar a pesquisa e também por se tratar de fatos contemporâneos.

Considerando a relevância do trabalho, almejamos que o referido estudo possa servir de suporte pedagógico nas práticas educativas com relação à cultura nas instituições formais e não formais de ensino, tendo em vista a necessidade da valorização e democratização da arte e da cultura.

Pretendemos também com esta investigação chamar a atenção para a necessidade de o Estado se comprometer com políticas públicas de cultura a fim de democratizá-las, favorecendo o acesso, principalmente, às camadas populares a partir de incentivos, editais e recursos para a promoção da cultura e da arte.

Este trabalho está organizado em três capítulos: o capítulo 1 é a parte introdutória, o capítulo 2 tem o título “As políticas de cultura no Brasil e no Rio Grande do Norte no período da pandemia de covid-19”. Inicialmente, apresentamos a noção de cultura de acordo com a literatura selecionada; em seguida, foi realizado um levantamento de trabalhos que abordam as políticas de cultura, a importância das leis e editais de fomento

ao setor cultural. No subtópico “Políticas de Cultura no Rio Grande do Norte”, realizamos um mapeamento das ações empreendidas no contexto do semiárido potiguar, no Estado e no município, e as medidas emergenciais para o beneficiamento da produção cultural da realidade local.

No capítulo 3, analisamos os dados coletados por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas e tem como título “Produtores de cultura no campo do teatro da cidade de Mossoró/RN: estudo de caso”. Este estudo teve foco específico os grupos de teatro atuantes na referida cidade, bem como o funcionamento do setor cultural local. Nos subtópicos referentes ao capítulo, descrevemos “A lei Aldir Blanc: os entraves e viabilidade”. Por fim, como se deu a utilização das tecnologias no período pandêmico.

1.1 Objetivos da pesquisa

1.1.1 Objetivo geral

- Identificar as políticas públicas e as tecnologias como mediadoras do fazer cultural do teatro no período da pandemia de covid-19 na cidade de Mossoró/RN.

1.1.2 Objetivos específicos

- Descrever as produções teatrais desenvolvidas no período da pandemia da covid-19 na cidade de Mossoró/RN;
- Entender os impactos causados pela pandemia no setor cultural, as estratégias de organizações dos/as produtores/as de cultura no campo do teatro;
- Perceber como as tecnologias foram utilizadas na adaptação do fazer cultural dos grupos de teatros de Mossoró no período da pandemia de Covid 19.

1.2 Metodologia

1.2.1 Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram os/as produtores/as de cultura no campo do teatro que atuam na cidade de Mossoró/RN, assim como agentes da gestão da cultura que estiveram à frente das políticas no período estudado. A pesquisa foi desenvolvida com 07 participantes, sendo eles/elas produtores culturais (artistas de grupo de teatro e pessoas da gestão de cultura).

Inicialmente, tomamos como interlocutores os artistas que tiveram seus espetáculos interrompidos durante dois anos de pandemia da covid-19. Na qual buscamos identificar quais foram as políticas de incentivo e fomento para o setor cultural.

Foram selecionadas cinco companhias teatrais. Entre elas estão: Companhia Baobá de Teatro, (Colaborador 1), Companhia Bagana de Teatro (Colaboradora 2), O Pessoal do Tarará (Colaborador 3 e Colaboradora 4), Companhia Escarcéu de Teatro (Colaborador 5 e Colaboradora 6), Companhia Pão Doce de teatro (Colaboradora 7).

Justifica-se a escolha por esses grupos de teatro por serem companhias de teatro atuantes na cidade de Mossoró que caracterizamos dentro do enfoque de trabalhos populares. Grupos de teatros que trabalham na perspectiva de montagem de espetáculos de Boal² trazendo uma relação didática pedagógica da cultura popular freiriana que nasce de uma demanda social.

1.2.2 Procedimentos metodológicos

No desenvolvimento deste estudo e concretização dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, na qual foram necessárias algumas etapas metodológicas descritas nos subtópicos que seguem

² “A metodologia desenvolvida por Boal permite que atores e não atores construam percursos dramáticos a partir de suas realidades e de um teatro mais radical, transgressor, inquietante e politizador das experiências sociais, [...]” (DEBUS; BALÇA, p.04, 2022).

Disponível em : <https://www.scielo.br/j/er/a/KmdcXft96rHhcvPmRHhgvGJ/> Acesso em: 18/08/2023.

1.2.2.1 Levantamento bibliográfico

Foi realizada a pesquisa bibliográfica como uma atividade permanente que serviu de subsídio teórico para a análise dos dados primários, secundários, além de suporte à produção da redação da pesquisa. Esse levantamento bibliográfico foi realizado em sites de busca de trabalhos acadêmicos, como Google acadêmico, Portal Capes, Scielo e portais de publicação das universidades e institutos de ensino. Foram considerados a partir da utilização dos elementos de localização dos artigos, usando as seguintes palavras-chave: Políticas de cultura, Práticas culturais, Tecnologias, Teatro, Pandemia de covid-19, numa perspectiva dos fatos contemporâneos.

1.2.2.2 Análise documental

O método de pesquisa foi desenvolvido numa perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar a partir do levantamento de dados provenientes de editais, leis de fomento à cultura e análise das políticas de cultura para identificar quais as contribuições, ações e mudanças no setor cultural foram realizadas no período de pandemia de covid-19, com recorte temporal das leis/editais lançados nos últimos anos (2019-2022).

Para isso, objetivamos mapear editais de fomento à cultura no período da pandemia da covid-19, em portais digitais do Governo Federal e do Estado do RN. Posteriormente, buscamos identificar políticas públicas voltadas aos produtores de cultura lançadas durante o período da pandemia da covid-19 para as cidades de Mossoró/RN.

Discutir o funcionamento deste setor neste momento específico advém da compreensão de que pesquisas sobre cultura são pontos de partida e redefinição de rotas importantes para a gestão cultural, seja pública ou privada, e que a academia também se constitui como um espaço relevante para a análise e fornecimento de dados dessa esfera.

De acordo de Gil (2008, p. 51), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Dessa forma, no desenvolvimento da pesquisa documental, pode-se considerar em um primeiro momento as fontes documentais e outras fontes que não receberam qualquer tratamento de análise, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc.

De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 51). Nesse sentido, as pesquisas documentais podem ser feitas a partir de fontes com dados e informação diversos que são relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, complementando a pesquisa bibliográfica.

1.2.2.3 Trabalho de campo

Com base em Gil (2008), o estudo de caso é uma metodologia de pesquisa que permite o conhecimento amplo e detalhado do objeto de pesquisa, sendo também considerado como um estudo profundo e exaustivo, além de um estudo empírico, que indaga sobre um fenômeno em seu contexto de realidade.

O estudo de caso pode ser utilizado para diferentes propósitos, como explorar situações da vida real, descrever a situação do contexto e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno, por exemplo (GIL, 2008, p. 57). Destacamos ainda que o estudo de caso pode apresentar aos pesquisadores algumas preocupações referentes à falta de rigor metodológico, dificuldade de generalização e tempo destinado à pesquisa (YIN, 1981 apud GIL, 2008).

Para compreender como as políticas de cultura e as tecnologias mediarão o setor cultural do teatro durante a pandemia de covid-19 na cidade de Mossoró/RN, foram realizadas como procedimento de pesquisa entrevistas semiestruturadas com roteiro previamente elaborado, mas que foram reconduzidas de acordo com o desenvolvimento do trabalho de campo.

Neste estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas como fonte de construção de dados, seguindo os roteiros das entrevistas para nortear o desenvolvimento desta pesquisa (Apêndices A e B).

De acordo com Gil (2008, p. 128), “a entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. Nessa perspectiva, considera-se a entrevista semiestruturada como parte do estudo de caso que permite a realização do levantamento de dados sobre como as Políticas de cultura e as

tecnologias mediaram o fazer cultural, segundo a concepção dos produtores de cultura do teatro da cidade de Mossoró/RN.

Sobre a entrevista semiestruturada, Minayo (2007, p. 64-65) destaca que está “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem prender a indagação formulada”. Assim, o entrevistador não precisa seguir rigorosamente as perguntas do questionário, pois elas servirão como norteadoras para fundamentar a pesquisa.

Consideramos que a entrevista semiestruturada possibilitou o atendimento dos objetivos propostos, permitindo maior profundidade na compreensão da temática de estudo, na qual o público entrevistado se expressou livremente sobre o assunto da pesquisa.

Portanto, foi realizada o estudo de caso utilizando diferentes fontes, a análise dos dados foi com base no cruzamento destas fontes a partir da análise crítica dos aspectos da realidade estudada. Dessa forma, a análise foi feita com base na sobreposição dos dados a partir da sistematização com análise das falas dos/as artistas e da leitura dos documentos.

2 AS POLÍTICAS DE CULTURA A NÍVEL BRASIL E A NÍVEL DO RIO GRANDE DO NORTE NO PERÍODO DA PANDEMIA

A cultura pode ser definida como sistemas de significação por meio dos quais o ser humano ou um grupo particular mantém a sua coesão, seus valores, sua identidade e interação com o mundo. Esses sistemas de significação, usualmente entendidos como a linguagem da cultura, englobam as artes (literatura, cinema, pintura, música, dança etc.) e as várias atividades sociais e padrões de comportamento, bem como os métodos estabelecidos pelos quais a comunidade preserva sua memória e seu sentido de identidade (mitos, história, sistema de leis, crença religiosa etc.) (SANTAELLA, 1996, p. 28). Nesse contexto, as práticas culturais podem ser apresentadas e representadas por meio da estrutura empírica e das relações sociais do sujeito de modo muito particular que envolve uma diversidade cultural.

Dessa forma, pode-se considerar as práticas culturais como experiências vividas por meio das interações sociais, que expressam símbolos e significados para os povos ou

grupo social e proporcionam uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar por envolver as identidades, subjetividades e as particularidades de um lugar/povo ou grupo social. A partir das ações sociais e dos sentidos composto por símbolos e códigos “Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas ‘culturas’. Contribuem para assegurar que toda ação social é ‘cultural’, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p. 16). Assim, as nossas ações na sociedade são práticas culturais que tem significados e passam de geração para geração.

Ainda sobre a cultura,

Muito além de se restringir a obras e práticas artísticas, ao nível de refinamento e educação das pessoas ou a um estágio de progresso político, econômico, tecnológico e de organização social de grupos e povos, cultura diz respeito à capacidade humana de organizar o mundo em termos simbólicos, isto é, de exprimir identidades e valores (morais, filosóficos, religiosos e estéticos) de um grupo/povo por meio de práticas sociais e objetos. Assim, cultura tem sempre uma dimensão imaterial, que abrange mitos, rituais, línguas, gestos, instituições sociais, artes, ideologias, crenças, teologias etc.; e outra material, que abarca obras, produtos, monumentos, entre outros (PEÇANHA, 2015, p. 4).

Assim, a cultura abrange um amplo campo de estudo que envolve a dimensão imaterial e material. Os produtores de cultura são caracterizados como atores de suas próprias experiências cotidianas que produzem cultura, perpassando por toda a estrutura tecnológica, política, econômica, histórica e social presente no lugar ou região, com significados para suas vivências.

No processo de desenvolvimento do campo da cultura, as políticas culturais são fundamentais para o apoio e efetivação das práticas culturais. Sobre a política cultural, Coelho (1997, p. 292) destaca que, “[...] é uma ciência da organização das estruturas culturais, é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários”. O autor ainda fundamenta que a política cultural tem “o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (COELHO, 1997, p. 292). Essas representações são significativas para as identidades a partir de suas práticas no meio social.

Rubim (2007, p. 34) descreve “a necessidade que se faz traçar um panorama compreensivo da cultura na contemporaneidade que contextualize a amplitude do

conceito contemporâneo de cultura”. O autor aborda dois pontos importantes na discussão, que são: conformações da cultura contemporânea e a abrangência das políticas culturais, em que se busca refletir sobre a inscrição das políticas culturais no ambiente contemporâneo e apresentar algumas dimensões analíticas das políticas culturais, tais como:

- I. Definição e determinação da noção de política acionada, como momento sempre presente em toda e qualquer política cultural.
- II. Definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural empreendida, a qual tem profunda incidência sobre a amplitude desta política.
- III. Toda política cultural é composta por um conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou a serem implementadas.
- IV. Objetivos e metas são componentes fundamentais das políticas culturais.
- V. A delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais é outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais (RUBIM, 2007, p. 41).

Entende-se que as políticas públicas culturais na contemporaneidade perpassam pelo Estado nos diferentes setores e com atores sociais. Existem atores que são ativos no campo da cultura de forma significativa, como os atores não estatais, que são: o mercado e a sociedade civil, que por meio das entidades associativas, das organizações não governamentais, criam redes culturais. De fato, “as políticas públicas de cultura podem ser desenvolvidas por uma pluralidade de atores político-sociais, não somente o Estado” (RUBIM, 2007, p. 42).

Destacamos a necessidade de “recursos financeiros humanos, materiais e legais” para a política cultural se efetivar, por meio de intervenções que sejam voltadas à criação e produção de cultura, destacando que é preciso cuidar do patrimônio cultural e que esse cuidado esteja inserido nas políticas públicas como forma de valorização e preservação da cultura, pois “cuidar do patrimônio – tangível e intangível – é fundamental para o desenvolvimento e a identidade dos agrupamentos humanos” (RUBIM, 2007, p. 44).

É necessário considerarmos, nessa discussão sobre política e cultura, as diversidades e singularidades presente no campo cultural, considerando que a cultura se constrói a partir das interações dos sujeitos sociais e que ela pode variar de lugar para lugar e “para além de ser preservada e conservada, uma cultura precisa, sob pena de estagnação, interagir com outras culturas, através de dispositivos de circulação, troca, intercâmbio e cooperação” (RUBIM, 2007, p. 44).

Nesses termos, o esquema de análise proposto deve ser submetido a um aprimoramento e refinamento, seja através de discussões teórico-conceituais, seja pela via do recurso a experimentos de análise empírica (RUBIM, 2007, p. 46). Assim,

a configuração da cultura, seja como mercadoria, gerando emprego e renda, seja como recurso à inclusão social, atrai a atenção do Estado e de suas políticas públicas para uma área que tradicionalmente, na maioria dos países, sempre esteve relegada a planos secundários (BARBALHO, 2016, p. 39).

Pode-se dizer que nem sempre a cultura tem o apoio dos governantes, mas que existe um olhar para as políticas culturais, mesmo que venha a ser em segundo plano, fazendo-se necessário o fomento das lutas dos movimentos culturais em busca da valorização do setor cultural e do apoio aos artistas que vivem de cultura.

Com relação a elaboração de políticas de cultura os Estados têm a liberdade para criar políticas que deem condições para os vários setores seja econômico, tecnológico, social entre outros. Barbalho (2016, p. 39) ainda destaca que,

Se são reconhecidas as especificidades e a autonomia de cada Estado para elaborar sua política cultural em acordo com suas condições sociais, econômicas, ideológicas e mesmo tecnológicas, a UNESCO também identifica problemas comuns a todos de ordem institucional, administrativa e econômica.

Assim, há necessidade de políticas de cultura que levem em consideração as particularidades da região e do grupo de cultura de determinada localidade, desde que o Estado supere os problemas institucionais, administrativos e econômicos, a fim de proporcionar melhorias para o setor cultural para que este mantenha os valores simbólicos do contexto inserido. “Nas sociedades democráticas, tais dilemas se colocam não necessariamente por interesse dos poderes públicos, e muito menos do mercado, mas muito por conta de movimentos sociais, que também são político-culturais” (BARBALHO, 2016, p. 39).

Com isso, os movimentos sociais mantêm suas lutas por melhorias no campo social e cultural a partir de políticas públicas que se efetivem com direitos e deveres dos povos e poderes públicos em busca de democracia e de direitos de igualdade para todos/as.

2.1 Recorte das políticas públicas dos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro

De acordo com a pesquisa, no período do governo Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2011), as políticas de cultura foram pensadas para a população brasileira e toda as suas expressões simbólicas culturais. “Apesar da fragilidade do debate e da persistência da política de financiamento, o governo conseguiu realizar políticas públicas de cultura, em interlocução com a sociedade e as comunidades culturais” (RUBIM, 2017, p. 66). Nesse contexto, diante dos desafios, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva buscou diálogo, na perspectiva democrática, com os setores culturais para inserir essas políticas na agenda do Ministério da Cultura (MinC).

Nessa perspectiva, podemos perceber que o período do governo Lula foi “marcado pela cooperação e interação das políticas culturais. A interação com a sociedade se concretizou com a opção pela construção de políticas públicas” (RUBIM, 2017, p. 67). Com isso, criou-se uma interação entre o governo e a população com o intuito de trazer benefícios para a sociedade. Com a criação das políticas públicas de cultura, a sociedade se sentiu mais confortável por estar sendo assistida de forma que pudesse buscar meios para sua subsistência por meio da produção cultural.

Rubim (2017, p. 67) ressalta que as políticas de cultura no período do governo Lula

Emergiram como marca do governo Lula e das gestões ministeriais de Gil e de Juca; e proliferaram encontros, seminários, câmaras setoriais, consultas públicas, conselhos, Conselho Nacional de Políticas Culturais, colegiados, grupos de trabalho e conferências, culminando com as conferências nacionais de cultura de 2005 e 2010. Por meio desses dispositivos, a sociedade participou da discussão, influenciou na deliberação e construiu, em conjunto com o Estado, políticas públicas de cultura.

Com isso, em meio a essa cooperação e interação das políticas de cultura, também houve inúmeras dificuldades, entre elas, o “autoritarismo estrutural”, que é introduzido no Brasil com as desigualdades sociais, econômicas e culturais marcadas pelas relações de poder.

Entre 2003 e 2015, ocorreu uma ampliação significativa de investimento do Governo para o setor cultural. Houve uma acolhida da diversidade e das identidades culturais, com uma ação mais proativa do Ministério da Cultura junto aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos (TAVARES, 2021, p. 67). Nesse sentido, o autor

fala como militante e sujeito testemunho deste processo, então, faz uma breve contextualização entre o período do governo Lula e Dilma (2003-2015), ocorreram ações democráticas a partir de políticas para o campo cultura, entre essas foram a valorização de bens imateriais e patrimônios de matrizes africana entre outros. Essas políticas foram fundamentais para a autonomia, a valorização de obras de artes e o desenvolvimento das atividades artistas culturais. Já, o período do governo Bolsonaro (2019- 2022), foi marcado, “A “guerra cultural” que foi estimulada no terreno digital” (TAVARES, 2021, p. 70). Desse modo, o autor enfatiza os desprezos das comunicações tradicionais que mudou o cenário da comunicação política via redes sociais.

“O Brasil viveu entre 2003 e 2016 um momento singular. Nesse período histórico, as classes dominantes não dominavam o governo nacional, como aconteceu durante séculos, mas continuavam no poder no Brasil” (RUBIM, 2021, p. 37). Mesmo diante das situações ocorridas nesse período, ele foi marcado por políticas públicas de repartição para diminuir as desigualdades sociais em nosso país. Políticas essas que proporcionaram melhorias para parte da população “excluída e oprimida” pela sociedade.

O então presidente Lula governou o país durante oito anos, com dois mandatos, de 2003-2006 e de 2007-2011. Na sua primeira campanha eleitoral, ele apresentou um documento importante para o setor cultural, que foi o caderno de cultura, com sua agenda voltada para atender à diversidade cultural existente no Brasil, proporcionando o fomento à cultura aos Estados e municípios.

Tendo como referência o documento A Imaginação a Serviço do Brasil, apresentado na campanha presidencial vitoriosa de 2002, foi possível, nos governos Lula e Dilma, tendo a frente do Ministério da Cultura os ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira e as ministras Ana de Hollanda e Marta Suplicy, formular e implementar políticas públicas em todas as áreas da cultura, com amplo alcance em todo o país, culminando com a criação e inserção na Constituição Federal do Sistema Nacional de Cultura (PEIXE, 2021, p. 25).

Nessa perspectiva, Peixe (2021) traz um depoimento como militante do partido e discorre que o candidato lançou o material de campanha que foi o caderno de políticas públicas de cultura com uma agenda com temáticas que pudessem formular um projeto voltado às expressões culturais de todo o país, que orientou a formulação de um projeto de políticas públicas de cultura para o Brasil, trazendo os seguintes temas: Cultura como política de Estado; Economia da cultura; Gestão democrática; Direito e memória; Cultura

e comunicação; Transversalidades das políticas públicas de cultura (PRESIDENTE LULA, 2002, p. 9).

Posteriormente, no ano de 2010, é sancionada a Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui “o Plano Nacional de Cultura-PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais-SNIIC e dá outras providências” (BRASIL, 2010).

O seu Artigo 1º apresenta que fica aprovado o Plano Nacional de Cultura (PNC), em,

conformidade com o disposto no § 3º do art. 215 da Constituição Federal, na forma do Anexo desta Lei, com duração de 14 (quatorze) anos, regido pelos seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.468, de 2022)

I - liberdade de expressão, criação e fruição;

II - diversidade cultural;

III - respeito aos direitos humanos;

IV - direito de todos à arte e à cultura; [...]. (BRASIL, 2010).

Com isso, o Plano Nacional de Cultura (PNC) traz princípios e diretrizes que ajudam a orientar o poder público na elaboração de políticas culturais. Dessa forma, essa lei teve/tem um papel fundamental na promoção e valorização da diversidade cultural brasileira e um avanço no Ministério da Cultura. “A atuação do MinC nas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira durante o governo Lula inaugurou, no Brasil, um processo de gestão democrática e efetiva, no que diz respeito às políticas culturais” (RUBIM; ROCHA, 2017, p. 24). Nesse contexto, os autores destacam as políticas de cultura, “os avanços e impasses” no período do governo Lula.

“A construção do PNC foi um processo de longa duração, que ocupou parte dos dois mandatos do Presidente Lula e deve ser analisado como um grande exercício de democracia participativa” (CALABRE, 2014, p. 149). Nesse sentido, buscou-se uma gestão democrática que pudesse concretizar as políticas culturais para uma sociedade mais justa para todos/as, assim, para que os fazedores de cultura tivessem acesso aos fomentos destinados ao setor cultural, diminuindo as desigualdades sociais.

Consequentemente, surgiram os avanços no campo cultural no período dos governos Lula e Dilma (PT), posteriormente. Diante dos achados podemos perceber que no governo do ex-presidente Michel Temer (MDB) iniciou-se a desconstrução do setor cultural com mudanças dos ministros e tentativa de extinção do MinC. Nesse contexto, cabe ressaltar que:

Após 13 anos de avanços e sucessivas conquistas nos governos petistas, a partir do golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (PT), o quadro mudou radicalmente: veio o retrocesso e as políticas culturais foram duramente atingidas pelos governos Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, atualmente sem partido) (PEIXE, 2021, p. 26).

Essas ameaças para o setor cultural no período do Governo Michel Temer foram amenizadas devido às lutas dos produtores de cultura e da sociedade, que fizeram ocupações e mobilizações nos Estados brasileiros. Mesmo assim, a cultura começou a sofrer com a desconstrução do setor cultural, “o MinC sofreu um grande esvaziamento político e financeiro, que provocou a paralisação dos seus principais programas e projetos” (PEIXE, 2021, p. 26). Consequentemente, foram períodos difíceis, que prejudicaram os artistas que dependiam da produção cultural via programas e projetos de incentivo à arte e cultura, surgindo assim inúmeros desafios para os produtores e produtoras de cultura, já que era inviável obter renda para sobrevivência somente por meio de seus trabalhos culturais.

Observando o recorte temporal de 2019-2022, marcado por diversas situações na política cultural do Governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL) (2019-2022), cujo Governo foi marcado por desmontes nas instituições brasileiras, pandemia da covid -19 e também à chamada guerra cultural. Com isso, ocorreu a extinção do MinC, trazendo um cenário difícil, com discursos de políticas públicas para o setor cultural que pressionaram o Governo a criar leis e fomento para o setor cultural, as quais foram vetadas durante um processo de reestruturação do país pós-pandemia.

O conceito de cultura operacionado pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL), fundado nas leituras, percebemos que ocorreu o desmonte no setor cultural que trouxe inúmeros prejuízos para os produtores de cultura. Com a extinção do MinC, em 2019, a secretaria tornou-se um desafio muito grande para as pessoas que vivem de cultura porque as suas atribuições foram adicionadas ao Ministério da Cidadania. Consequentemente, os recursos foram diminuídos para o setor cultural. Nesse sentido, o período pandêmico só aumentou as dificuldades nesse setor.

Outro fator contundente no período do então presidente Jair Bolsonaro foi a disseminação de notícias falsas, ampliada pelas redes, “para que esses grupos reacionários disseminem teorias de conspiração que ao ganhar adeptos descredibilizam dia a dia

instrumentos reconhecidos de produção da informação e do conhecimento como o jornalismo e a ciência” (TAVARES, 2021, p. 71).

Tavares (2021, p. 71) ainda destaca que “o custo para a democracia é altíssimo quando as plataformas digitais são usadas para a manipulação política”, pois trouxe lucros para os donos dos aplicativos, ocasionando prejuízos para a democracia, esses prejuízos segundo o ase deram devido as informações falsas que circularam nas redes sociais.

No dia 1º de janeiro de 2019, foi feita a reforma administrativa do Governo do então presidente Jair Bolsonaro. O MinC foi extinto oficialmente pela medida provisória nº 870, publicada no Diário Oficial da União, que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios” (BRASIL, 2019). Com a mudança, o Artigo 57, inciso II, transforma “o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Cultura e o Ministério do Esporte no Ministério da Cidadania” (BRASIL, 2019).

Desse modo, o Governo negligenciou o campo da cultura, promovendo uma guerra cultural, que se fortaleceu com o “poder de manipulação” na sociedade. A partir disso, as instituições foram induzidas pelo governo por meio das redes sociais a terem comportamentos para obter benefícios próprios em que envolveram as religiões e o desrespeito à diversidade brasileira. Com isso, o conservadorismo perseguiu e censurou os artistas e instituições de cultura. Nesse seguimento,

observa-se a propagação de pânico moral em relação ao conteúdo de algumas poucas obras expostas, que serviram como exemplos para difundir a crença de que artistas estariam ligados a uma agenda política de esquerda interessada em corromper moralmente o público, ameaçar crianças e ofender a fé cristã (JAREMTCHUK; MIGUEL, 2020, p. 41).

Dessa forma, o pânico moral atingiu os artistas, que passaram a ser vistos como de esquerda e seus valores foram ameaçados pelo conservadorismo e doutrinação política, “no qual os ataques às artes se somaram à ofensiva contra os direitos das mulheres, indígenas, LGBTs, da população negra e dos trabalhadores em geral (JAREMTCHUK; MIGUEL, 2020, p. 41). Á vista disso, há a necessidade da efetivação a igualdade de gênero e racial na política ou em outros diversos setores na sociedade em que seja levado em consideração os valores culturais sem o autoritarismo e conservadorismo.

A história das chamadas “guerras culturais” tem no fechamento da exposição *Queermuseu — cartografias da diferença na arte brasileira* uma etapa recente e importante na escalada de manipulação ideológica e de autoritarismo no país. A repercussão das denúncias contra a mostra alertou grupos conservadores,

que transformaram outros artistas e instituições culturais em alvo de uma perseguição moral de proporções inéditas, recolocando a censura como uma ameaça ao conjunto do cenário artístico. (JAREMTCHUK; MIGUEL, 2020, p. 42).

Nesse contexto, as guerras culturais se fortaleceram com a censura, o conservadorismo e o autoritarismo, causando conflitos no campo cultural. Mesmo que as instituições atuem de forma legalizada, ainda assim são marcadas pelas autocensuras. “Em muitos casos, evitar na organização de uma exposição certos temas, obras e artistas representa o triunfo do controle pelo medo e a capitulação a um meio cultural reacionário” (JAREMTCHUK; MIGUEL, 2020, p. 61). Desse modo, algumas temáticas não poderiam ser expostas para a sociedade.

Com as mudanças realizadas pelo Governo, o Ministério da Cultura passou a ser uma secretaria³, surgindo problemas que afetaram/afetam o campo da cultura. Inicialmente, a Secretaria de Cultura foi ligada ao Ministério da Cidadania, e em seguida, ao Ministério do Turismo. Com isso, ocorreram cortes no orçamento destinado ao setor cultural. Nessa perspectiva, podemos destacar que:

Tudo isso em conjunto com os discursos de dirigentes da Secretaria de Cultura e da Fundação Palmares que explicitam racismo, discriminação e autoritarismo públicos, tendo como resultados práticos, por exemplo, o descaso com patrimônios como o da Cinemateca Brasileira (parcialmente incendiada em julho de 2021) ou da Fundação Palmares, alvo de censura aos livros da instituição (SANTOS; SILVA; ASSUNÇÃO, 2021, p. 2).

Com isso, só aumentaram as dificuldades e o descaso com o setor cultural, expressando uma crise que se aprofundaria com a chegada da pandemia da covid-19. Dessa forma,

ANCINE, Fundação Palmares, FUNARTE, Fundação Casa de Rui Barbosa, Biblioteca Nacional, IBRAM, IPHAN, Cinemateca Brasileira, Representações Regionais do MinC, são alvo dos ataques da política bolsonarista, seja por posicionamentos e atitudes fascistas dos novos dirigentes, desqualificação técnica das gestões ocupadas por pessoas totalmente despreparadas, cujo único objetivo é promover a guerra ideológica, o desmonte da estrutura administrativa da gestão cultural com a descaracterização de finalidades das

³ A respeito da organização estrutural responsáveis pelas políticas de culturas hoje temos secretaria da cultura atrelada a secretaria de turismo, antes tínhamos o ministério da cultura que era mais potente, então se tem bem menos recursos e autonomia com uma série de restrições para investimentos na cultura, isso a nível nacional e no caso a nível estadual, municipal tem organizações distintas geralmente essas secretarias de culturas estão alocadas na secretaria de educação.

instituições, cortes orçamentários e de pessoal, ameaças de fechamento dos órgãos, enfim, o terror e o caos são institucionalizados (PEIXE, 2021, p. 26).

Com base no exposto, percebemos que ocorreu um desmonte nas instituições, causando uma crise política e cultural, com cortes e vetos de leis, dificultando cada vez mais o acesso dos/as produtores/as de cultura aos projetos de fomento e ações de apoio ao campo cultural. Com base na ativista cultural e assessora parlamentar na câmara Ramírez (2021) destaca que, “O governo, eleito em 2018, desenhou, talvez, o mais cruel golpe social e econômico que este país atravessa, com o negacionismo, mesmo com o fato da existência de uma pandemia mundial chamada Covid-19” (RAMÍREZ, 2021, p. 229). Nesse contexto, a pandemia causou um impacto na sociedade de forma mundial. Não somente isso. Para além da calamidade de saúde, o cenário político foi marcado por impactos sociais e econômicos diante de um contexto preocupante de distanciamento e isolamento social.

Pode-se entender que a política de cultura implantada no Governo do então presidente Jair Bolsonaro fez uso do conceito de guerra cultural. Nesse contexto, Rubim e Tavares (2021, p. 9) abordam “a guerra cultural, como o nome denuncia, não é um embate político-cultural democrático, [...]”, apresentando um cenário de violência simbólica e autoritária que causa medo e desconstrói identidades.

Com relação à guerra cultural, ela é marcada por um cenário político em que deixa de lado a cultura, tornando-a esquecida em diversos setores. Rubim e Tavares (2021, p. 9) destacam que “no mundo e no Brasil de hoje o tema está agendado pela extrema- - direita e pelos fundamentalistas religiosos sob o rótulo de guerra cultural”. Nesse contexto, a guerra cultural abala as estruturas, no que diz respeito aos valores e tradições, que são postos sem que haja posicionamentos crítico e democrático.

A guerra cultural, como o nome denuncia, não é um embate político-cultural democrático, pois pretende acionar culturais autoritárias visando fabricar o ódio, legitimar a violência e aniquilar os adversários, tornando-os inimigos a serem destruídos, simbólica e fisicamente (RUBIM; TAVARES 2021, p. 9).

Possivelmente, o atual cenário na política cultural causa medo por desconstruir identidades e ampliar a violência política e social em diversas esferas, sejam federais, estaduais ou municipais. Do ponto de vista de que “a guerra cultural se nutre do pensamento autoritário e tem por objetivos criar e matar inimigos e implantar a ditadura

e o totalitarismo” (RUBIM; TAVARES, 2021, p. 9). Assim, a guerra cultural fortalece a violência cultural e as desigualdades sociais.

Identificamos que esse período foi marcado por vários movimentos na política que implicaram em alterações marcantes do setor cultural.

Esta segunda década do século XXI se iniciou sob turbulências depois de um período irreconhecível e aparentemente inédito em estabilidade da experiência política republicana no Brasil. Figuram aí as manifestações de 2013, o impeachment de 2016, o governo de transição de Michel Temer (2017) e a eleição de Jair Bolsonaro, ao final de 2018. Desde 2017, especialmente a partir de 1o. de janeiro de 2019, os trilhos da democracia se apresentam de forma vertiginosa, assustadora e perigosamente regressiva para a agenda dos direitos modernos (SANTOS; SILVA; ASSUNÇÃO, 2021, p. 2).

Assim, percebemos que ao longo do tempo apresentaram-se percursos difíceis para o campo cultural. “A história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios” (RUBIM, 2007, p. 11). Dessa forma, as políticas culturais foram marcadas pelo governo Bolsonaro e pela pandemia de covid 19 em situação de calamidade em saúde pública, aumento das desigualdades sociais e autoritarismo político fixado no contexto turbulento no período de (2019-2022).

Devido ao isolamento social, o campo cultural sofreu impactos econômicos e sociais por falta de projetos de fomento aos produtores de cultura, que por sua vez ficaram desempregados/as. Com isso, as mídias digitais passaram a ser utilizadas, possibilitando a divulgação dos trabalhos dos artistas, contribuindo para a melhoria de vida dos/as produtores/as de cultura, por meio das apresentações via internet, com lives em plataformas como Youtube, publicações em sites e redes sociais.

Houve uma movimentação por parte do setor artístico. Por isso, foram criadas a Lei Aldir Blanc (LAB) e a Paulo Gustavo duas leis importantes para o setor cultural, fruto de mobilizações dos artistas culturais que pressionaram o Governo Federal para efetivá-las. As leis atenderiam a uma demanda de base e, posteriormente, foram vetadas pelo então presidente Jair Bolsonaro. Com isso, os(as) produtoras/as de cultura enfrentaram inúmeros desafios com os vetos das leis Aldir Blanc 2 (LAB) e Paulo Gustavo.

O auxílio emergencial disponibilizado pelo Governo Federal para o setor cultural beneficiou os artistas, os serviços de cultura e também o patrimônio cultural. A deputada

federal Benedita da Silva (PT/RJ) criou o projeto de lei nº 1.075, de 20 de março de 2020 que determinava o repasse de fomentos para apoio ao setor cultural.

Determina à União o repasse de três bilhões de reais aos Estados, ao DF e aos Municípios para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, inclusive custeio de renda emergencial mensal para os trabalhadores da cultura. Faculta às instituições financeiras federais a criação de linhas de crédito especiais e a concessão de condições especiais para renegociação de débitos. Prorroga os prazos para aplicação de recursos, realização de atividades culturais e prestação de contas de projetos culturais já aprovados pelo órgão responsável pela área de cultura. Incentiva a realização de atividades culturais que possam ser transmitidas pela internet (BRASIL, 2020).

As ações emergenciais incentivaram o desenvolvimento das atividades artísticas por meio de transmissão via internet. Com isso, as Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) tiveram um papel importante para os produtores de cultura.

Desse modo, o Poder Legislativo agilizou o trâmite da LAB e Estados e municípios começaram a se preparar para atender aos requisitos para o recebimento do recurso (SEMENSATO; BARBALHO, 2021, p. 96). Essa Lei ajudou a fortalecer as gestões de cultura com atualização de seus cadastros para participar dos editais publicados nos Estados e municípios.

A lei Aldir Blanc foi criada como resultado da mobilização do campo cultural para buscar medidas de apoio financeiro para a cultura. Assim, essa luta dos artistas e coletivos de produtores/as culturais reivindicava uma atenção nesse período tão difícil para a sociedade.

A Lei Aldir Blanc (LAB) foi criada em homenagem ao cantor, compositor e instrumentista carioca morto em 4 de maio de 2020 em decorrência da covid-19. A Lei Nacional de Emergência Cultural (nº 14.017, de 20 de março de 2020) apresenta em seu artigo 1º: “Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020” (BRASIL, 2020).

No artigo 2º, a Lei Aldir Blanc descreve que a União entregará ao Distrito Federal, Estados e aos municípios, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para aplicação pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

I – renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;
 II –subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e
 III –editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais (BRASIL, 2020).

Outra lei foi sancionada e, posteriormente, vetada foi a Lei Paulo Gustavo (LPG) (BRASIL, 2021). O projeto de Lei Complementar nº 73, 4 de maio de 2021, idealizada pela bancada do PT no Senado federal, também conhecido por “Lei Paulo Gustavo”, ator brasileiro vitimado pela covid-19 em 4 de maio de 2021, é idealizado com vistas a dispor de apoio financeiro à União, Estados, Distrito Federal e municípios, dispondo do repasse de R\$ 3.862.000.000,00 ao Fundo Nacional de Cultura para aplicação em ações emergenciais no setor cultural, na qual, conforme o seu art. 6º, deverão ser desenvolvidas ações por meio de:

I - editais, chamadas públicas, prêmios ou outras formas de seleção pública de produções audiovisuais a serem apoiadas, de forma exclusiva ou em complemento a outras formas de financiamento, inclusive aquelas com origem em recursos públicos;
 II - editais, chamadas públicas, prêmios ou outras formas de seleção pública para o apoio à manutenção e funcionamento de salas de cinema, incluindo a adequação a protocolos sanitários relativos à pandemia de Covid-19;
 III - editais, chamadas públicas, prêmios ou outras formas de seleção pública para ações de capacitação no audiovisual e para o apoio a cineclubes e à realização de festivais e mostras de produções audiovisuais, preferencialmente por meio digital (BRASIL, 2021, p. 4).

Essa legislação é a segunda aprovada no Congresso com vistas a auxiliar o setor cultural, afetado drasticamente após a pandemia do coronavírus e, conseqüentemente, a suspensão das atividades culturais. A primeira se trata da Lei Aldir Blanc, já citada anteriormente.

No dia 5 de julho de 2022, o Congresso Nacional (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022) derrubou os vetos a essas leis, de modo que elas foram retificadas as duas propostas de incentivo ao setor cultural: a Lei Aldir Blanc 2 (PL 1518/21) e a Lei Paulo Gustavo (PLP 73/21), considerado um avanço para o campo da cultura.

Com base no portal Senado Notícias (AGÊNCIA SENADO, 2022), a instituição derrubou os vetos para garantir mais recursos para o setor cultural a partir das leis Aldir Blanc 2 e a Lei Paulo Gustavo. A Lei Aldir Blanc enumera 17 ações e atividades que podem ser financiadas. Entre elas, estão exposições, festivais, festas populares, feiras e espetáculos, prêmios, cursos, concessão de bolsas de estudo e realização de intercâmbio cultural. Já a Lei Paulo Gustavo autoriza o repasse de R\$ 3,86 bilhões em recursos federais a Estados e municípios para fomento de atividades e produtos culturais, como forma de atenuar os efeitos econômicos e sociais da pandemia de covid-19. Do total a ser liberado pelo Poder Executivo, R\$ 2,797 bilhões devem ir para o setor de audiovisual. O restante (R\$ 1,065 bilhão) será repartido entre outras atividades culturais.

Essas políticas culturais foram necessárias para dar suporte aos trabalhadores/as na realização das atividades culturais e para sua subsistência, tendo em vista que muitos artistas dependem do seu trabalho para sobreviver. Com isso, a prorrogação dessas políticas de cultura só vem a fortalecer e valorizar as práticas culturais dos artistas.

Com relação às políticas culturais, percebemos a necessidade de atenção às leis de incentivo à cultura e a superação da falta de apoio ao meio artístico, além de discorrer sobre o marketing cultural e a posição das empresas em relação ao patrocínio,

A utilização das leis de incentivo à cultura fortaleceu a ideia da cultura como negócio. No Brasil, impulsionadas pelas leis de incentivo, muitas empresas optam pelo patrocínio das artes, utilizando o marketing cultural como uma ferramenta valiosa de comunicação com o público (BELING, 2004/2005, p. 82).

A autora supracitada destaca a necessidade de os grupos, artistas e profissionais da área cultural reivindicarem os interesses da classe junto ao poder público, a partir de criação de oportunidade para a participação política, considerando que a arte/cultura pode ser compreendida como um produto do contexto de relações.

Destacamos que as leis de incentivo marcam a profissionalização da referida área, motivada pela procura de qualificação e marketing cultural, como estratégias voltadas para a consolidação da imagem da empresa frente ao mercado de concorrência, que por sua vez, é motivada pela política de patrocínio cultural. É importante ressaltar que os recursos financeiros no Brasil dependerão da valorização da cultura como indispensável ao desenvolvimento social e econômico do país.

Ainda de acordo com Beling (2004/2005), entre os motivos citados por diversas empresas ao decidirem fomentar a cultura, destaca-se, ainda, que as relações de produção, circulação e uso do conhecimento (artístico/intelectual) são elementos que fundamentam a organização da arte/cultura como um complexo interativo que não deve reduzir-se ao aspecto econômico, porque se caracteriza como um instrumento capaz de educar, sensibilizar e favorecer vínculos.

É necessário um maior cuidado ao se tratar e desenvolver uma política pública para a arte/cultura. O discurso vulgar e genérico que afirma uma política de incentivo, de fomento, de estímulo à criação e difusão, deve dar lugar a objetivos públicos, uma cultura (BELING, 2004/2005, p. 94). Diante disso, é importante levar em consideração o contexto e as singularidades que cada realidade se apresenta.

2.2 Políticas de cultura no Rio Grande do Norte

Com a paralização do setor cultural por conta da pandemia da covid-19, os trabalhadores/as do setor da cultura tiveram que buscar alternativas para desenvolver suas atividades artísticas. Nesse processo de mudança e adaptações na sociedade, com o distanciamento social devido ao coronavírus, as práticas culturais foram adaptadas para o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação, oferecendo entretenimento online para que o público pudesse assistir às apresentações artísticas em suas residências.

A produção artística/cultural se deu por meio de plataformas digitais, a exemplo do *Youtube*, *Google Meet*, redes sociais (*Instagram*, *Facebook*), entre outras redes de transmissão virtual. As *lives* foram essenciais para o trabalho cultural dos artistas. No Rio Grande do Norte, foram desenvolvidos alguns projetos de fomento à cultura. Entre esses, no ano de 2019, o edital “Transformando Energia em Cultura”, do programa de patrocínios da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN), com o Instituto Neoenergia, viabilizado pelo programa de incentivo à cultura Câmara Cascudo⁴.

⁴ O programa Estadual de incentivo à cultura – programa Cultural Câmara Cascudo foi instituído em 30 de dezembro de 1999 pela Lei nº 7.799 e atualizado pelo Decreto nº 29.179, de 27 de setembro de 2019. Funciona como um importante instrumento de democratização do acesso e incentivo à cultura, a fim de estimular o desenvolvimento cultural no RN e se constitui na renúncia fiscal a partir do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Disponível em:

Conforme o próprio Instituto Neoenergia⁵, o principal objetivo dessa política consistiu em promover a inclusão social de crianças, jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade, tendo o intuito de gerar emprego e renda em concomitância à valorização das culturas locais. Tendo sua efetivação a partir do ano de 2020 até o corrente ano, as propostas selecionadas por esse edital deveriam dialogar com pelo menos um dos objetivos do desenvolvimento sustentável, descritos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁶.

Instituições privadas e sem fins lucrativos, como o Serviço Social do Comércio (SESC), também foram agentes importantes na implementação de algumas ações no setor cultural no contexto da pandemia. Em 2020, essa entidade lançou o edital Poti - Cultural com “propostas artístico-culturais”, dividido em duas edições (nº 002 e nº 003).

No ano de 2021, o SESC lançou mais quatro editais, o primeiro destinado para a galeria de exposições em Cidade Alta – Natal/RN; o segundo para contratação de mediador em artes visuais para o calendário da galeria SESC; o terceiro, com a linha pluralidade das artes; e o quarto, voltado para o impulsionamento do audiovisual no ano de 2022.

No ano de 2020, no setor público, a Fundação José Augusto (FJA)⁷, responsável pela gestão cultural no RN, lançou o edital de auxílio emergencial “Tô em casa, tô na rede”. O objetivo⁸ seria promover iniciativas artístico-culturais desenvolvidas em redes sociais e plataformas digitais via internet com o acesso totalmente gratuito.

A FJA selecionou 105 propostas de projetos, oferecendo um chamamento público simplificado com a participação do Governo do Estado do RN e da Fundação José Augusto. Os contemplados foram os/as trabalhadores/as de cultura que tiveram suas

http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/doc/DOC000000000264571.PDF..
Acesso em: 10 maio 2022.

⁵ Edital Transformando energia em cultura. Portal do Instituto Neoenergia. Disponível em: <https://www.institutoneoenergia.org.br/pt/como-atuamos/arte-e-cultura/edital-transformando-energia-cultura/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 10 maio 2022.

⁶ 1) educação de qualidade; 2) Trabalho decente e crescimento econômico; 3) Cidades e comunidades sustentáveis; e 4) Parcerias e meios de implementação.

⁷ A Fundação José Augusto foi criada pelo Decreto nº 2.885, de 8 de abril de 1963, atuando como instituição cultural no âmbito do Governo do Estado, sendo responsável por desenvolver, incentivar, apoiar, difundir, estimular e documentar as atividades culturais. Compete a ela o processo de tombamento do patrimônio histórico e arquitetônico e também do patrimônio cultural imaterial. Disponível em: <http://www.cultura.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=3523&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=A+secretaria>. Acesso em: 09 maio 2022.

⁸ Informações no site: <https://papocultura.com.br/fja-lanca-consulta-publica-para-o-projeto-to-em-casa-e-to-na-rede/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

atividades suspensas devido ao coronavírus. A seleção foi realizada para produtores de cultura, artistas residentes no RN que têm como profissão a arte e a cultura e que não possuam renda fixa. O pagamento de prêmios foi no valor individual de R\$ 1.900,00, para atender de forma emergencial ao setor cultural do RN.

Em 9 de janeiro de 2020, foram abertas as inscrições para cinco editais de fomento contemplados pela Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural (Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020), lançados pelo Governo do Rio Grande do Norte, por meio da Fundação José Augusto (FJA), a saber:

a) Prêmio Cultura Popular de Tradição – Edital proposto a selecionar 306 iniciativas, com valor total de R\$ 3,01 milhões, ligadas à cultura popular de tradição que abrangem o patrimônio do RN;

b) Programa de Apoio a Microprojetos Culturais – Edital proposta a selecionar 291 iniciativas com o foco no apoio a microprojetos culturais de diversos segmentos que integram a economia criativa da cultura do RN, com prêmios de Protagonismo Cultural e Empreendedorismo (Individual e Coletivo).

c) Edital Formação e pesquisa – troca de saberes a distância (Edital nº 003, 03 de novembro de 2020), lançado pela Fundação José Augusto (FJA), proposto a selecionar 140 projetos artísticos e culturais com incentivo ao ensino e aprendizagem em diversos segmentos, estimulando a produção intelectual dos/as trabalhadores/as do campo cultural. Dentre os territórios, faz-se presente a região de Assu/Mossoró, com um total de 17 prêmios e o valor de R\$ 127.500,00.

d) Projetos Culturais Integrados e Economia Criativa – Edital para seleção de 140 projetos artísticos e culturais como proposta integrada de tornar público em redes sociais e meio digital com o valor total de R\$ 1,3 milhão e com acesso gratuito.

e) Prêmio Sabores, Saberes e Fazeres – Edital voltado para a seleção de 140 iniciativas, com o valor total de R\$ 700 mil. Voltado para a gastronomia e o artesanato tradicional potiguar que apresente referências relevantes da identidade cultural do Rio Grande do Norte.

f) Prêmio Glorinha Oliveira Apoio Emergencial a Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura Potiguar (Edital nº 002/2021) – Lançado no ano de 2021, pela Fundação José Augusto (FJA), proposto a selecionar 400 projetos com premiações individuais de R\$ 4,5 mil, destinado a constituir um acervo da memória artística e cultural potiguar, com foco

na carreira e obra através da autobiografia dos/as trabalhadores/as com produção artístico-cultural ativa no RN. Os territórios subdivididos neste edital, a região de Assu/Mossoró-interior foi contemplada com um valor de R\$ 220.500,00, para um total de 49 prêmios/beneficiários(as).

O projeto aprovado no município de Mossoró/RN foi o “Cinemar”, iniciativa direcionada para o campo audiovisual, com cinema 3D com sessões do filme “Rexy – O Dinossauro”, para crianças de escolas públicas estaduais. O projeto percorreu 15 cidades do litoral potiguar (Tibau, Grossos, Areia Branca, Serra do Mel, Porto do Mangue, Guamaré, Macau, Galinhos, Caiçara do Norte, São Bento do Norte, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Rio do Fogo, Touros, e Ponta do Tubarão – Diogo Lopes)⁹. O projeto foi idealizado pelos produtores de cultura sobre o trabalho da equipe da Secretaria de Educação e Cultura do município de Mossoró/RN.

Geralmente, os resultados dos projetos aprovados são publicados no site oficial do Governo do Estado, incluindo audiovisual, circo, dança, literatura, performance, diversidade e o teatro. Nesse contexto, a cidade de Mossoró/RN foi representada no segmento de artes visuais por meio do artista plástico mossoroense Marcelo Amarelo, da artesã Odara Inaê e Isaías Medeiros. No audiovisual, Plínio Dannillo, Mykaell Bandeira, e Luíza Gurgel conquistaram os holofotes. No circo, Catharina Campello (Live Circo Los Campêllos) e Acádias Alves B. Filho. Nos projetos de cultura popular, o poeta Antônio Francisco e Wisley Cleber. Na música, o popular Kakau Monteiro (#KakauEmCasa), “Alan Jones Pocket Show”, e Odara Júlia. No teatro, Lígia Kiss, com o projeto “Cordel: Poesia com acessibilidade”¹⁰.

No período do distanciamento social causado pelo coronavírus, a Prefeitura de Mossoró criou o decreto nº 5805, de 9 de setembro de 2020, com “ações emergenciais destinadas ao setor “ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública”, conforme consta em seu art. 1º (PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, 2020, p. 1).

O decreto assegura os processos burocráticos a serem seguidos por trabalhadores/as do setor da cultura, as disposições da Lei Federal n. 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc e reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de

⁹ Informações extraídas da página oficial do *Instagram* - @cinemar3d.

¹⁰ Informações extraídas do site Papo Cultura. Disponível em: <https://papocultura.com.br/edital-to-em-casa-to-na-rede-resultado/>. Acesso em: 08 de maio 2022.

março de 2020, de modo a separar os recursos financeiros transferidos pela União diretamente para o município, com a seguinte destinação, conforme o seu art. 2, incisos I e II:

- I – Subsídios mensais para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, em observância ao disposto no inciso II do caput do art. 2º da Lei Federal nº 14.017, de 2020;
- II - Editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do caput do art. 2º da Lei Federal nº 14.017, de 2020 (PMM, 2020).

O edital de fomento à cultura publicado no Jornal Oficial Municipal (JOM), pela Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM), em abril de 2022, de acordo com Santos (2022), tem a proposta de credenciar empresas para captar recursos de verbas de patrocínio, marketing e incentivo junto às leis de incentivo dos órgãos estaduais e federais.

Portanto, com relação às políticas culturais, é necessário que o poder público disponibilize incentivos financeiros com estratégias e alternativas para o setor cultural com a criação de editais de fomento, nos quais as práticas culturais possam ser valorizadas, dando autonomia a esse grupo social para garantir e assegurar direitos. Com isso, a criação de políticas públicas de cultura garantirá aos/às artistas e familiares meios de sobrevivência e continuidade dos seus trabalhos, ressignificando suas identidades, tradições e valores culturais.

3. PRODUTORES DE CULTURA NO CAMPO DO TEATRO DA CIDADE DE MOSSORÓ: ESTUDO DE CASO

Na cidade de Mossoró, destacam-se alguns grupos atuantes de teatro, a saber: Companhia Baobá de teatro, que divulga a arte e cultura com inclusão desde 2017; O Pessoal do Tarará, que atua desde 13 de novembro de 2002; Companhia Bagana de Teatro, formado desde 2006; Companhia Escarcéu de Teatro, que atua desde 8 de julho

de 1986; Companhia Pão Doce de Teatro, que desenvolve projetos artísticos e culturais desde 2002, e o Grupo Arruaça de Teatro, fundado em 25 de agosto de 1985.

Neste capítulo discorreremos os subitens 3.1 a cena do teatro em Mossoró no período da pandemia de Covid 19, de que forma os produtores artísticos e culturais se fortaleceram e agiram em busca da manutenção das políticas públicas de cultura, no período da pandemia de covid-19. Em seguida, abordamos o subitem 3.2 a Lei Aldir Blanc: entraves e viabilidades, para sabermos quais os mecanismos de execução desses recursos destinados aos produtores artísticos e culturais, os editais de incentivo à cultura lançados no período da pandemia da covid-19. Por fim, no subitem 3.3 falamos do papel das tecnologias para os/as artistas que fazem teatro em Mossoró no período da pandemia de covid-19, como foram realizadas as produções dos espetáculos no formato online.

3.1 A cena do teatro em Mossoró no período da pandemia de Covid 19

O trabalho desenvolvido pelo grupo da companhia Baobá de Teatro, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), potencializa suas atividades culturais na perspectiva da pesquisa na área do teatro científico. O colaborador 1 (2023) destacou que passou grande parte de sua vida fazendo teatro de rua e depois foi para o palco, realçando que o fazer do teatro alegra o seu viver, motiva-o e o deixa muito feliz: “O sentido da vida é fazer esse teatro que possibilite transformar as vidas das pessoas” (COLABORADOR 1, 2023).

Durante o período da pandemia, a Companhia de Teatro Baobá criou um espetáculo com sarau intitulado “O riso”, abordando a alegria do riso que contava a história de um palhaço. Além disso, abordou a obra de Paulo Freire, no espetáculo “A força de Paulo Freire”, cujo espetáculo foi adaptado do presencial para o online.

Desse modo, o Colaborador 1 (2023) destacou que no Estado, o edital Tô na rede tô em casa foi o primeiro edital que surgiu no período pandêmico para que os grupos pudessem montar esquetes¹¹. Outros Estados já estavam bem avançados, a exemplo do Ceará.

O Colaborador 1 (2023) citou que, no RN, existe um fundo estadual de cultura com o programa Lei Câmara Cascudo (RIO GRANDE DO NORTE, 1999), que poderia

¹¹ As enquetes são peças curtas de duração de cinco minutos a 10 minutos.

ser melhorado. O Colaborador 1 sinalizou a importância de os poderes públicos atuarem com políticas públicas efetivas de cultura, não apenas políticas públicas culturais, as quais ficam somente no papel. Portanto, é necessário salientar a necessidade da efetivação das leis voltadas para dar suporte aos artistas que vivem e dependem da arte e da cultura para sobreviver.

A Colaboradora 2 (2023), que faz parte da Companhia Bagana de Teatro, desenvolveu um trabalho no período da pandemia como gestora da Secretaria Municipal de Cultura de Mossoró. Ela já participou de outros grupos de teatro da cidade, como Escarcéu, Arruaça e Pão doce. No período pandêmico, segundo a Colaboradora 2 (2023), ela foi muito cobrada por ser gestora e artista, porque precisava ter um olhar de gestora da cultura e levar em consideração as necessidades da arte. A fim de identificar o que é necessário para a gestão cultura e para o artista, foi preciso fazer essa mediação para dar apoio de forma efetiva ao campo cultural.

Por causa do isolamento social, do uso das máscaras e da insegurança, todas as produções artísticas culturais foram paralisadas. Após isso, as companhias de teatro se organizaram e buscaram inovar, participando dos editais de fomento que foram destinados ao campo cultural, adaptando-se à nova realidade para a realização das atividades artísticas.

É importante destacar que a Colaboradora 2 (2023) trouxe um percurso histórico dos movimentos dos artistas em busca de melhorias para o campo da cultura na cidade de Mossoró, no período 2015, 2016 e 2017. Dessa forma, ocorreram várias movimentações. Entre elas, a vigília em que os artistas ficaram 24 horas em frente à Câmara Municipal de Mossoró, *“na época o foco foi o foco cultural, foi feito esse movimento para unir os artistas para pedir o teatro de Mossoró”* (COLABORADORA 2, 2023). Na época, esse movimento uniu todos os artistas para pedir um teatro para a cidade, que é o Teatro Municipal Dix-huit Rosado, conforme mostra a Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Teatro Municipal Dix-huit rosado



Fonte: Moreno (2022).

Outra movimentação em busca de melhorias para o setor cultural na cidade de Mossoró, segundo a Colaboradora 2 (2023) foi o movimento Ventania, quando a Secretaria de Cultura passou a ser a Secretaria Executiva, na pasta da Educação. Com isso, houve um retrocesso com o movimento Cultura viva¹². O movimento cultura viva é voltado para dar apoio as atividades culturais, como também, fomentam as práticas culturais por meio das políticas públicas em busca da democracia para o setor cultural. Nesse período, os artistas culturais iam aos prédios públicos reivindicar investimentos e os direitos para o setor cultural, como no Teatro Lauro no Monte Filho, como mostra Figura 2.

Figura 2 – Teatro Lauro Monte Filho



Foto: Phablo (2021)

No período pandêmico, as reuniões dos grupos eram feitas pela plataforma Google Meet. Com isso, houve perda de força da coletividade por não estar nas ruas. Uma parcela dos artistas não se sentiu contemplado com os editais disponíveis no município.

No Estado e também e no âmbito federal, a última movimentação antes da pandemia foi um abraço ao MinC, ainda no governo da ex-presidente Dilma Rouseff. Quando o ex-presidente Michel Temer assumiu, ele queria destruir/suprimir o Ministério da Cultura.

O Colaborador 3 (2023) faz parte do grupo de Teatro O pessoal do Tarará, que tem 20 anos de fundação e realiza as suas atividades cotidianamente na perspectiva de fazer um teatro popular. Os projetos são direcionados principalmente para as regiões de maior vulnerabilidade da cidade. Ele destacou que o período da pandemia foi marcado por muitas dificuldades, entre elas, a falta de política pública que pudesse garantir

¹² Disponível em

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02pM2piZz9ejvMq9JVDGREwaGUhG1u25JAwNGpsqpanCC3W7GJp9NHYUMD1YtcnehEl&id=225046754499424&mibextid=Nif5oz: Acesso em 2023.

trabalho para os artistas. Com relação ao município de Mossoró, não houve, segundo o Colaborador 3 (2023), não houve nenhuma garantia, porque os prêmios de fomento da Prefeitura, como exemplos, o Auto Liberdade e o Mossoró Cidade Junina, que são eventos eventuais. Quando acabam os eventos, o artista busca outras formas para desenvolver suas atividades. Por isso, o artista deixa claro que há necessidade de políticas efetivas de cultura e permanentes que possam apoiar os artistas.

A Colaboradora 4 (2023) é presidente da Cooperativa Potiguar de Cultura e artista dançarina da Cia de Teatro O pessoal do Tará. Ela agradece pelo convite para participar desta pesquisa, destacando a importância de se discutir mais sobre as políticas públicas de cultura, porque ainda não houve tantos avanços para o setor cultural.

A cooperativa surgiu no período da pandemia com a articulação da classe trabalhadora da cultura com a finalidade de organizar, lutar e mudar a situação da falta de políticas públicas de cultura. Com a flexibilização dos espetáculos, os artistas abriram um espaço cultural dentro de suas casas: *“A gente convidava pessoas com o número limitado. Inicia-se a retornar com as ações e a trazer para o debate com exposição de vídeos, de fotos, apresentações musicais”* (COLABORADORA 4, 2023).

Com relação às políticas públicas de fomento para cultura via município de Mossoró/RN a que os artistas tiveram acesso no período da pandemia de covid-2019, foi o prêmio Fomento, estabelecida pela Lei Mauricio de Oliveira de fomento à cultura, nº 3.270, de 20 de março de 2015 que:

Estabelece ações de fomento e promoção de espaços públicos culturais com vistas a excussão dos instrumentos de gestão previstos no art., 1º, inciso 2º, inciso III, da Lei complementar nº 802, de 03 de abril de 2014, e dá outras providências (PREFEITURA DE MOSSORÓ, 2015).

Essa lei entrou em vigor, dando apoio ao campo cultural da cidade de Mossoró com prêmio de fomento para que os fazedores/as de cultura pudessem desenvolver suas atividades.

A Colaboradora 4 (2023) explicou que *“o Governo do Estado teve uma sensibilidade diferente do município apesar de que não se tem muita coisa para o setor cultural dos municípios, há muito discurso”*. Ela ainda ressalta que *“hoje o governo do estado ele não tem nada que me ampara enquanto artista, que ampara o meu grupo, anualmente, nada do governo do Estado”* (COLABORADORA 4, 2023).

Com relação à aplicação dos recursos do edital, a artista relata que:

Quando vai para aplicação do edital 15% de um prêmio é pouca coisa, 15 % vai para marketing é dividido em duas vezes, quando você recebe para fazer o projeto você tem que empenhorar um dinheiro seu para depois que o projeto terminar você receber outra metade, já pensou que dificuldade é uma coisa feita para dificultar mesmo pessoa para desarticular o setor (COLABORADORA 4, 2023).

A artista ressalta a dificuldade de acesso e a escassez de recursos destinados ao setor cultural, o que muitas vezes desestimula o artista, fazendo-o buscar outras formas de realizar as atividades para poder sobreviver, porque viver só da arte não é possível.

Para o Colaborador 5 (2023), a pandemia trouxe situações singulares, desde o confinamento, o distanciamento e os impactos na saúde, até o econômico e o social. O fazer da arte foi com muitas barreiras devido a tudo que foi vivenciado nesse período. O artista fundamenta que *“o teatro é uma arte essencialmente coletiva não tem como você fazer teatro se você não tem a interação entre as pessoas”* (COLABORADOR 5, 2023).

O Colaborador 5 (2023) faz parte da Companhia Escarcéu de Teatro e atua desde os anos 1980. Ele relatou que nunca havia passado por dias tão difíceis. Sobre a atuação teatral, o artista destaca que *“o teatro existe quando alguém está dizendo algo e alguém que está ouvindo, nessa comunicação entre quem tá passando uma mensagem que de quem está recebendo acontece o teatro efêmero”* (COLABORADOR 5, 2023).

Ele enfatiza ainda que *“para quem se destina fazer arte teatro a arte de modo geral nesse país, principalmente aqui nessa região, é a resistência”* (COLABORADOR 5, 2023). Dessa forma, para a arte e a cultura há falta de políticas de apoio. É preciso convencer as pessoas/governantes de que a arte é vida, de que a arte é necessária. Com isso, nas falas dos artistas percebemos que é necessário resistir para fazer o teatro, convencendo a todos/as da importância da transformação que a cultura e arte causa na sociedade.

Já a Colaboradora 6 (2023) faz parte do Grupo de Teatro Escarcéu. Ela evidenciou que *“encontraram na arte a alegria para atravessar a pandemia, não só no sentido de tá fazendo uma ação, mas, também dos nossos corpos das nossas vidas nossos pensamentos”*. Com isso, é preciso ressignificar a arte e melhorar a saúde mental, pois os artistas vivem por amor a suas atividades culturais, mesmo diante das barreiras que afligem os seus dias de luta.

A Colaboradora 7 (2023), artista da Companhia de Teatro Pão Doce, enfatizou que em meio aos desafios no período de calamidade na saúde e na política brasileira, o grupo de teatro do qual ela faz parte teve, inicialmente, acesso à LAB, o que intensificou suas atividades culturais.

No período pandêmico e do governo em exercício (2019-2022), segundo as/os entrevistados/as foi difícil por conta do vírus da covid-19, além de que o governo nesse período foi inimigo da cultura. Com a extinção do Minc, a Lei Rouanet (BRASIL, 1991) fracionou os valores destinados aos artistas e não foi surgiu nenhum edital para o Nordeste, ficando difícil para os/as produtores/as de cultura.

Os produtores artísticos e culturais se fortaleceram e agiram em busca da manutenção das políticas públicas de cultura, no período da pandemia de covid-19. Mediante as falas dos/as artistas, foram citadas categorias de análise, como podemos observar no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Relatos dos artistas

Colaborador 1 (2023)	<i>Durante esses quatro anos a gente não tivemos nada, fomos tratados como vagabundos, porque quem faz arte, para eles é vagabundo, então, nós, produtores, percebemos o que era o óbvio, mobilização popular, luta, debate apresentando as nossas propostas para a sociedade, porque é muito importante ter o apoio da sociedade, a sociedade perceber que aquele artista que está tocando naquele barzinho, ele sobrevive da sua arte, ele paga a conta, ele tem família, então ele é um ser que depende exclusivamente daqueles seu fazer, então a gente conversou muito com a sociedade, eu acho que a sociedade entendeu, e essa pressão política, para nós produtores/as foi essencial, porque agora a gente vai ter a Lei de Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo. O teatro ele é essa ferramenta de construção, de empoderamento, é que faz com que o cidadão perceba o seu universo, perceba seu cotidiano e possa refletir.</i>
Colaborador 2 (2023)	<i>Quando essa gestão pandêmica assumiu, extinguiu o Minc e o pior que aconteceu nesse governo na época da pandemia, houve uma</i>

	<i>ditadura silenciada das manifestações culturais. E, nesse processo houve uma grande movimentação dos artistas nas redes sociais.</i>
Colaborador 3 (2023)	<i>Faço teatro desde 1998, e nunca passei pelo momento tão difícil, nunca foi tão difícil ser artista no Brasil. Nesses últimos 4 anos a gente não teve nada, a não ser perseguição. Foi uma luta ferrenha para conseguir aprovar a LAB, conseguimos por pressão popular e dos artistas, não precisaria bastava acessibilidade do governo na aplicação, quanto se vetou, até chegar ao artista, quantas pessoas a gente viu, o músico vendendo violão, os artistas plásticos procurando qualquer coisa para poder viver, quantas situações, companheiros/as vendendo seus instrumentos de trabalho para sobreviver.</i>
Colaboradora 4 (2023)	<i>Foi osso, mas, muito feliz por ter vencido essa primeira etapa, que é tirar um governo desprezava o que a gente faz [atividades culturais]. Então, foi bem desafiador a partir de muitas lutas a LAB 2, conquista do setor cultural. Saria difícil/ quase impossível no governo Bolsonaro. Assim, iniciamos articular o setor de novo porque se a gente tem o incentivo, começa a ter procura, as demandas aumentam, as articulações, o fortalecimento dos Conselhos de Cultura Municipais, Estaduais e Federais.</i>
Colaborador 5 (2023)	<i>Ao meu ver o descaso do Governo na época foi mais difícil/prejudicial do que a própria pandemia quando se tripudia em cima da morte, quando se despreza a ciência, desprezou a possibilidade de amenizar a pandemia através da vacina, quando se percebe os artistas por conta de ideologia somos renegados, somos vistos como pessoas perigosas para um sistema que estava querendo se impor na sociedade brasileira. a gente não tem uma política pública de qualidade que dê garantia de subsistência que de garantia de permanência que garanta a execução do nosso trabalho, mas, a gente vai aprendendo com o tempo e com essa resistência.</i>

Colaboradora 6 (2023)	<i>Assim, eu acho que foi a própria arte que foi conduzindo, porque o Brasil inteiro, a situação terrível, de fome, de doenças, muita arte acontecendo, muita beleza foi surgindo a partir dos projetos, isso foi/vai dando esperança, vai dando força, e se fortalecemos nesse processo de viver cultura, de está construindo e produzindo cultura, tá pensando, tá elaborando projetos, tá montando espetáculos, tá se reinventando, tá se aproximando da linguagem do áudio visual, e de aprender a dominar as técnicas e quem não dominava as técnicas aproveitava para aprender com realizava os projetos, as negociações os planejamentos, essas metodologias.</i>
Colaboradora 7 (2023)	<i>O governo não chegou junto aos artistas estão precisando de algo? vamos aqui! Não. Não foi assim. Houve sim, uma grande manifestação popular para que houvesse a LAB e para que ela fosse implementada e chegasse o mais rápido possível aos fazedores/as de cultura. Para isso, teve muita gente envolvida, teve muito diálogo, teve muita conferência, teve muita gente agiu para que isso acontecesse. Porque tudo é muito burocrático e assim não é todo mundo que consegue escrever um edital, não é todo mundo que sabe prestar contas, então, houve informações de acompanhamento para que essa Lei (LAB) fosse implementada e depois é executada.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Nessa situação descrita, os artistas promoveram reuniões com demanda de pessoas ou de agrupamentos, reivindicando o edital. “No caso do estado, os artistas culturais realizam esses pleitos através do fórum de cultura potiguar. A nível federal foram feitas manifestações contrárias ao governo, pedindo algum pleito, com manifestações nas redes sociais criando fóruns” (COLABORADORA 2, 2023). Assim, notamos que houve uma articulação dos artistas em busca de recursos e efetivação de políticas públicas de cultura para ajudá-los em momentos de tantas indecisões.

“Além da luta contra a covid-19, a difícil batalha contra o fascismo, o autoritarismo e a violência que marcam o retrocesso bolsonarista e se constituem numa ameaça concreta e constante à nossa cultura, à nossa liberdade e à nossa democracia”

(PEIXE, 2021, p. 31-32). Em síntese, houve uma luta dos Estados e municípios com relação ao fomento e à cultura, tendo que obedecer aos critérios e comprovação de que os artistas culturais atuavam efetivamente no campo da arte e da cultura.

Assim, *“a gente teve um presidente que não queria aprovar a LAB, isso e com muita briga no Congresso com pressão popular a pressão dos artistas de todo o país a gente conseguiu a aprovar essa lei”* (COLABORADOR 3, 2023). O artista ressalta que *“o Brasil é composto dessa cultura de não fortalecer a cultura brasileira, de não ter política pública de cultura, sofremos muito pela enorme falta de trato no manejo desses recursos”* (COLABORADOR 3, 2023). Nesse contexto, o artista enfatiza a falta de valorização para o setor cultural, tendo em vista que o Brasil é diverso, tem uma diversidade cultural que precisa ser valorizada com políticas efetivas de cultura.

Diante dos desmandos provocados pela situação política do país, muitos artistas se manifestaram nas redes sociais, fazendo críticas ao governo em exercício.

Você não precisa de artistas? Então me devolve os momentos bons. Os versos roubados de nós. As cores do seu caminho. Arranca o rádio do seu carro, destrói a caixa de som. Joga fora os instrumentos e todos aqueles quadros, deixa as paredes em branco, assim como a sua cabeça. Seu cérebro cimento, silêncio, cheio de ódio. Armas para dormir, nenhuma canção de ninar, e suas crianças em guarda, esperando a hora incerta para mandar ou receber rajadas, [...]. (DUCAM, 2020).

Dessa forma, ela aborda a importância do artista em nossa vida, como a arte e a cultura estão presentes em nosso viver, como alegam os nossos dias e despertam os sentimentos. A fala da artista nos traz uma reflexão sobre a arte e a cultura na ressignificação das identidades e da diversidade cultural.

“A cultura, que é o espaço da liberdade, dos grandes encontros, da alegria, da festa, cede lugar para o desencontro, o isolamento, a solidão, o luto, a dor. A pandemia nos atinge frontalmente” (PEIXE, 2021, p. 28). Nessa situação, mesmo em período difícil nas instituições, os/as produtores/as de cultura não desistem e se fortalecem no desenvolvimento de suas atividades para manter suas identidades, a liberdade e a alegria de fazer arte e cultura.

Os efeitos gerados pelo período da pandemia no setor cultural, segundo os/as artistas do campo do teatro, foi, em um primeiro momento, a pandemia, que evidenciou a vulnerabilidade do setor artístico cultural tanto no Estado com no município. Porque não houve uma política pública de cultura específica para os artistas do campo do teatro.

Contudo, o principal efeito da pandemia para os artistas foi econômico, porque eles necessitavam desenvolver seus trabalhos para trazer renda para sua família.

Nesse contexto, as companhias de teatro se fortaleceram, se uniram, criaram e reativaram o conselho de cultura que estava parado, um dos benefícios principais com relação às articulações dos artísticas em busca de melhorias.

Vale ressaltar que na pandemia surgiram vários problemas, porém, os artistas continuaram produzindo, sob limitações. Devido ao isolamento social, os atores culturais não expressavam a sua liberdade cotidiana de desconstruir algo que beneficiasse o campo de teatro a partir da interação presencial com o público. Por sua vez, isso foi frustrante para o artista e trouxe problemas de saúde mental decorrentes da falta desse contato direto com o público.

Em consequência dos efeitos gerados pela pandemia, o Colaborador 3 (2023) afirma que *“foi o prejuízo para uma geração que nasceu durante a pandemia ou antecedendo a pandemia. Porque ela vai crescendo sem a necessidade nenhuma ir ao teatro”*. Assim, para uma pessoa que passou dois anos e meio sem ir ao teatro, apropriou-se de outros meios para ter entretenimento, como a TV, as redes sociais, as lives, entre outros. Nesse sentido, a necessidade de despertar nas pessoas a importância de ir ao espaço do teatro mostra que nos deparamos com a ineficácia do poder público e a falta de incentivos para os teatros municipais.

O artista explica sobre a ausência de política pública. Ele destaca que é necessário *“construir uma política permanentes que independente do governo ela seja acessada pelos fazedores/as de cultura”* (COLABORADOR 3, 2023). Com isso, sejam políticas públicas permanentes, efetivas e com manutenção que se constroem e garantem leis para o ano todo.

Nesta perspectiva, é visível o pedido de socorro do setor cultural. Entendemos os desafios dos produtores de cultura no período pandêmico para realizar os seus espetáculos, para transformar e manter viva a cultura do fazer do teatro, o contato direto com o público e trazer o público para perto dos artistas, além da dificuldade de políticas culturais.

Sobre os efeitos pós-pandemia, a artista aponta sobre essa transição, pois o retorno das atividades não foi/é uma coisa plena dos efeitos. A artista enfatiza que *“precisamos refletir sobre o que será daqui para frente, isso tudo na pandemia, nos mostrou que a*

cultura sempre foi deixada para segundo plano” (COLABORADOR 4, 2023). Em vista disso, a pandemia sinalizou para aos produtores/as de cultura que esse setor estava frágil e que havia necessidade de valorização e implementação de políticas culturais ativas e permanentes.

Ainda sobre os efeitos gerados pela pandemia para o setor cultural, *“primeiro, foi o repensar as práticas foi fundante para quem faz arte, a segunda coisa é que eu vejo despertou em nós artistas o desejo de tornar a arte mais acessível” (COLABORADOR 5, 2023).* Nesse sentido, repensar as práticas culturais com mais acesso para todos/as, no sentido de levar a arte para o maior número de pessoas. A pandemia despertou esse olhar de que a arte deve chegar a mais lugares e tocar mais pessoas.

Mediante os desafios, houve um aumento crescente de fazedores/as culturais. Com isso, *“houve uma mobilização da classe dos artistas se ajudando nas produções dos espetáculos, na construção de projetos, para aqueles que tiveram um incentivo. infelizmente, acabou o recurso da LAB, acaba-se os fomentos” (COLABORADORA 7, 2023).* Desse modo, foi positivo porque houve a união dos artistas para construção das atividades, mas, ao mesmo tempo, ficaram as incertezas quando acabaram os incentivos da LAB. Por meio das lutas, os artistas conseguiram as emendas impositivas, com as quais vereadores destinam para uma instituição determinado valor para o desenvolvimento das ações. Em suma, os desafios frente aos impactos para o setor cultural foram econômicos.

Nessa perspectiva, o Colaborador 1 (2023) ressalta que *“a gente saiu de 250.000 e foi para 410.000, mas não foi porque o prefeito é bonzinho não, foi porque a gente aprendeu com o processo de mobilização”.* Assim, como benefícios para o setor cultural de Mossoró estão as emendas, o Prêmio fomento e o Conselho de Cultura, que foi criado pelo projeto de lei.

A Minuta do Regimento Interno no Capítulo I, das Finalidades Art. 1º - O Conselho Municipal de Cultura de Mossoró-RN, criada pela Lei Orgânica do Município, de nº 008/95, e regulamentada pela Lei Municipal nº 008:

É um órgão colegiado com caráter deliberativo, consultivo, recursal e definidor da Política Municipal de Cultura, vinculado a Fundação Municipal de Cultura de Mossoró, regendo-se por este Regimento Interno e pelas normas aplicáveis. Parágrafo primeiro - Ao Presidente da Fundação Municipal de Cultura, na qualidade de titular do órgão executor da política municipal do setor, compete, sem prejuízo de suas demais atribuições legais: I - providenciar e manter todo o apoio administrativo e técnico necessário ao bom desempenho do conselho no cumprimento de suas finalidades; II - manter, permanentemente, em pleno

funcionamento a Secretária Executiva do Conselho. Parágrafo segundo - As expressões "CMC", "Conselho" e "Conselho Municipal de Cultura" são equivalentes quando referidas no corpo deste Regimento Interno (CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, 2002).

O Conselho de Cultura, um órgão vinculado à Secretaria de Cultura e representativo da classe cultural e do poder público, é composto por 10 representantes da sociedade civil do setor cultural, 5 titulares, 5 suplentes e também o poder público, que tem 5 suplentes e 5 titulares. A sua função é de fiscalizar, propor, criar ações intermediadas com a cultura e com a Secretaria de Cultura.

Com isso, o Conselho Municipal de Cultura da cidade de Mossoró tem nos seus objetivos, com base na minuta de 8 de novembro de 2002, sob a Presidência de Antônio Gonzaga Chimbinho, no Art. 2º, diz que o Conselho Municipal de Cultura tem por objetivos:

I – Oferecer mecanismo permanente de cooperação às entidades representativas da comunidade municipal, no planejamento, acompanhamento e execução da Política Municipal de Cultura; II – Promover a integração programática das agências governamentais locais, principalmente as relacionadas com Turismo e Educação, visando à sua convergência para os objetivos comuns de desenvolvimento cultural do Município; III – Promover o entrosamento entre as atividades culturais do município, visando à consolidação da política municipal de cultura de forma integrada (CMC, 2002).

De acordo com os objetivos propostos no Artigo 2º, o Conselho Municipal de Cultura é fundamental para articular as ações na promoção das atividades culturais do município voltadas para a cooperação no planejamento, acompanhamento das atividades e execução constituída das políticas públicas de cultura.

Na cidade de Mossoró, houve a aprovação de espaços culturais, como o Teatro da Cia Bagana. A contrapartida do espaço cultural era o grupo de teatro apresentar espetáculos para a comunidade gratuitamente. Segundo a artista e gestora, também houve um abrigo temporário para pessoas em situação de rua. Com isso, o grupo de teatro apresentou o espetáculo “A coisa do humano”, via Prefeitura de Mossoró. Nesse período, o grupo conseguiu realizar os espetáculos porque teve investimentos. Foi um período difícil por conta do vírus, mas isso *“fez pulsar essa manifestação cultural de cada grupo, de cada pessoa, lógico muito diferente, porque o teatro faz com tripé, é a dramaturgia e o apoio o público”* (COLABORADORA 2, 2023).

Nessa perspectiva, é importante frisar que, com os investimentos, os grupos de teatro ainda conseguiram realizar as suas atividades em uma tela com as tecnologias digitais. Porém, *“pós-pandemia os investimentos acabaram e essa atuação foi enfraquecida”* (COLABORADORA 2, 2023).

Ainda sobre os desafios para os artistas de Mossoró, a Colaboradora 4 (2023) aborda que *“destaca que teve dificuldade bem particulares de articulação com município”*. Assim, os principais desafios enfatizados foram os entraves do município de Mossoró de articular junto ao grupo de teatro.

A Cooperativa de Cultura Potiguar foi criada para o fortalecimento do desenvolvimento das atividades em diversas áreas da arte e da cultura criando um movimento independente que integra os fazedores e fazedoras de cultura do Estado do Rio Grande Norte (RN). As suas pautas são gerais, não buscam ações individuais, e sim fomentos, para o coletivo numa perspectiva da cooperação. As articulações por políticas públicas culturais não abrangem somente a cooperativa, mas também todo o setor cultural do Estado do RN. Essa força é movida pelas demandas surgidas para o campo da cultura com o coletivo, que se une para discutir formas de melhorias e acesso às políticas de cultura no fortalecimento do cooperativismo cultural.

A cooperativa foi criada no período pós-pandemia, tendo em vista as necessidades do fortalecimento para o setor cultural como um instrumento importante para os/as fazedores/as de cultura do RN. Ela completou 1 ano de existência jurídica no dia 23 de abril de 2023, mas as reuniões de articulação começaram justamente no período da pandemia. Em meio aos desafios para o setor cultural na pandemia de covid-19, os/as fazedores/as de cultura, em especial, o grupo de teatro O pessoal do tarará, criaram uma cooperativa de cultura potiguar para promover o fortalecimento e a valorização da diversidade cultural do Estado do RN.

Os desafios foram enormes, porém percebemos que a pandemia serviu para unir os artistas, principalmente, na forma de financiar as produções. O Colaborador 5 (2023) destaca que, ao longo do tempo, no seu fazer do teatro, buscava outras formas para desenvolver seus trabalhos, não ficando somente à espera do poder municipal. *“Realizava os trabalhos do teatro com material reciclado com as condições objetivas que tínhamos ao nosso alcance”* (COLABORADOR 5, 2023).

O artista ressalta que as políticas públicas, mesmo sendo pontuais e não permanentes, *“não estão chegando, chegam sempre para os mesmos grupos/artistas precisa-se dar uma guinada nisso, e mudar esse fluxo porque ela precisa chegar há mais artistas e que possam ser acessíveis”* (COLABORADOR 5, 2023).

Nessa perspectiva, os desafios para os artistas são o de continuar lutando, nesse sentido, *“e sempre esse, a gente não entregar os pontos, todo dia assim, está cansada, mas tem que fazer, não tem recurso mais temos que fazer acontecer, como diz o ditado “o show não pode parar” não esperar pelo poder público oficial, entender que nós também somos poder, somos luta”* (COLABORADORA 6, 2023). Assim, a artista deixa claro que mesmo com a falta de políticas públicas, ela busca formas de exercer suas atividades artísticas.

Com relação ao município e aos Estados, os incentivos pararam no período do veto da LAB. A artista realça que em 2019 a Companhia de teatro pão doce teve acesso ao fomento via Estado, assim, *“aqui no ano passado nós tivemos em Mossoró fomento, o maior recurso destinado, mas, dividido era um recurso pouco, enfim, alguns grupos não participaram, isso tudo é uma resistência”* (COLABORADORA 7, 2023). Nesse sentido, ela relata que o mês de junho é o período em que há grande evento na cidade. Com isso, tudo é voltado para esse evento e não se tem mais nada durante o resto do ano.

Portanto, não existe uma política pública para os artistas que fazem cultura durante o ano. Não dá para sobreviver somente da cultura porque não há recursos durante o ano inteiro, mas somente em eventos particulares e pontuais. *“O recurso que ele é destinado para o evento que acontece no mês de junho é, se uma parte dele fosse distribuída em 12 meses, seria irrisório para o valor que é destinado o Mossoró Cidade Junina (MCJ)”*. (COLABORADORA 7, 2023). Nesse contexto, a artista diz que não é contra o evento, mas lembra que são valores muito altos que davam para distribuir durante o ano inteiro para o chamamento de edital de fomento no campo da cultura local. Ainda a Colaboradora 7 (2023) aborda que:

Existia um projeto chamado memorial da resistência, em janeiro existia um chamamento, um edital onde os grupos escreviam então em fevereiro começava. em fevereiro tinha agenda para o músico, para artesão, para o grupo do teatro, para o grupo de dança.

A artista discorre que a falta de incentivos para os grupos de teatro, para a arte e cultura, de modo geral, e eles ficam à mercê de fomentos para auxiliar em suas atividades culturais. Isso faz com que saiam dos grupos e procurem outras formas para promover o seu sustento. Nesse caso, a Colaboradora 7 (2023) afirma que *“o teatro para o artista diante desses entraves, vai sendo a segunda opção, ‘quando der’, ‘se eu tiver tempo eu vou’, ‘quando eu tiver tempo eu faço’”*.

Com relação à FJA, ela é um órgão importante para o Estado do RN, que faz uma articulação para indicar os/as artistas. Em Mossoró, há as casas de cultura e vários agentes culturais, como o poeta Antônio Francisco, que é beneficiado pela Lei da Cultura do Patrimônio Vivo do Estado.

É necessário frisar que ainda não se existe uma secretaria de cultura do Estado do Rio Grande do Norte (RN), e sim uma Secretaria Extraordinária de Cultura do RN vinculada à FJA com uma Secretária Extraordinária de Cultura Mary Land Brito. Somente ela administra dois programas, um com financiamento da cultura, que é a Lei Câmara Cascudo, e o do patrimônio vivo, que é um apoio às manifestações da cultura popular com fundo estadual de cultura.

A FJA tem um papel importante para a cultura do RN, mas ela não poder fazer muita coisa, porque é somente uma fundação. Com isso, o valor dos recursos é restrito. De acordo com as falas dos artistas, há necessidade de que se interiorize mais essa gestão porque as ações ficam centralizadas nas regiões metropolitanas de Natal. Nesse sentido, a gestão de cultura precisa ter um olhar especial e fortalecer ações para as regiões do interior dos municípios do RN.

Vale destacar que *“Temos uma Secretaria executiva de cultura estadual, nós (artistas) estamos nesse processo de debate de uma secretária extraordinária de cultura, estamos acompanhando, o Estado vai criar a Secretaria estadual de cultura”* (COLABORADOR 1, 2023). Podemos perceber que a Secretaria Estadual de Cultura já é um desejo dos artistas de longo prazo, é uma demanda antiga do setor cultural. A secretaria é importante porque há as casas de cultura, o teatro Lauro Monte Filho, que é vinculado a FJA, é um espaço que tem mais acesso aos editais lançados pela FJA, que tem promovido as exposições e potencializa as atividades dos/as fazedores/as de cultura do município de Mossoró no avivamento da cultura potiguar.

A Colaboradora 2 (2023) frisa que *“os artistas almejam que a FJA através do fundo estadual de cultura, que esse fundo consiga trazer editais com investimentos para a cultura nos interiores do RN, porque por enquanto é mínimo de investimentos”*. A respeito disso, entendemos que a FJA é importante para o RN, mas deixa a desejar, no sentido de que precisa de uma atenção maior para as regiões interioranas.

Enquanto o Estado do Rio Grande do Norte não tem uma secretaria de cultura, o município de Mossoró tem uma secretaria própria. Com isso, ela tem mais autonomia e recursos para implementação dos projetos de cultura. A lei complementar nº 82, de 3 de abril de 2013, “dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Mossoró, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financeiros e outras providências” (BRASIL, 2013). Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) tem como finalidade “promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais”. O Título I, da Política Municipal de Cultura, no Art. 2º, estabelece que:

A política Municipal de Cultura estabelece o papel do poder público municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela prefeitura Municipal de Mossoró, com a participação da sociedade, no campo da cultura (BRASIL, 2013).

Nessa perspectiva, é notório que a participação da sociedade em programas e projetos culturais é essencial para o desenvolvimento das ações e o fortalecimento do campo cultural a partir de projetos efetivos que possam alcançar todos/as os/as artistas.

Nesse contexto, o Colaborador 3 (2023) acentua que há uma falha da FJA, porque não há exatamente uma construção de política pública. *“Se observarmos o histórico da FJA de 20 anos para cá tiveram três ou quatro gestores a maioria foi revezamento de um gestor e de outra gestora”*. Isso dificultou a implementação de novas ações voltadas para a arte e a cultura potiguar. Porém, em meio a isso, o artista revela que *“a gestão atual possa ter ideias novas, sensíveis com uma abertura para um diálogo”* (COLABORADOR 3, 2023).

O Colaborador 5 (2023) enfatiza que a FJA tem deixado a desejar, tem feito um trabalho interessante durante a pandemia com as leis, porém, os recursos recebidos ficaram muito retraídos. *“A gente costuma dizer FJA não passa da reta tabajara, com a*

pandemia ela passou um pouquinho mais não atingiu até onde devia atingir” (COLABORADOR 5, 2023). Dessa forma, ficou evidente que esse movimento está muito concentrado nas zonas urbanas. Nessas zonas urbanas também existem seus espaços de confinamento., Em Mossoró, existe um corredor cultural e dois teatros. No entanto, nem sempre estão abertos para a grande maioria da população que produz arte e cultura.

Em suma, essas políticas de cultura precisam ser pensadas de acordo com a realidade local. É preciso considerar quem produz em todos os recantos do Estado, inclusive em comunidades rurais, onde existem pessoas produzindo arte e cultura.

A (FJA) ela carece se aproximar mais da gente. Ela é muito distante, a gente tem um ditado que ela não passa da reta tabajara, sei que Natal é uma cidade muito grande região metropolitana ali tem muitos artistas e tem muita coisa acontecendo, eles se apoiam muito entre eles. os poderes também se apoiam. Assim, os artistas destacam que são esquecidos pela FJA, “é uma luta pra gente romper pra chegar lá está com mais de dez anos que fazemos apresentação em Natal, porque não tem espaço pra chegar em Natal, via fundação, via colegas é muita competitividade (COLABORADORA 6, 2023).

Desse modo, é evidente, com base nos discursos dos artistas em relação à FJA como uma instituição importante para o Estado e municípios, mas que poderia ter uma atenção maior com os artistas interioranos, pois fica restrita à capital Natal, como as casas de cultura do Estado que estão sendo entregues e a pinacoteca.

“Mossoró poderia ser um polo da fundação, o Teatro o Lauro Monte poderia ser um anexo da fundação, porque tudo temos de reportar a fundação, para entregar o documento a gente tem que ir lá” (COLABORADORA 7, 2023). Se é difícil o acesso para a cidade de Mossoró, que é a segunda maior cidade do Estado, também o é para o interior, onde as casas de cultura são fechadas e não há esse apoio do Estado. A Colaboradora 7 (2023) faz uma ressalva: *“A Lei Aldir Blanc, sim, possibilitou sair, além da reta Tabajara como a gente fala, porque era dividido em regiões”*. Dessa forma, Mossoró não concorria com Natal, com Parnamirim, Ceará-Mirim, mas com o Seridó e o Alto-Oeste.

3.2 A Lei Aldir Blanc: entraves e viabilidades

A Lei Aldir Blanc (LAB) foi sancionada em âmbito nacional a partir de uma grande mobilização dos gestores culturais. Ocorreu também uma mobilização de

deputados/as tanto de esquerda como de direita. Foi um período de luta até a sua construção, aprovação e sanção presidencial seguida de vetos.

Nesse período, o campo da cultura já estava profundamente enfraquecido, já que os fazedores/as de cultura dependiam da renda gerada por suas atividades culturais para melhorar suas condições de vida e sobreviver. Com a chegada da pandemia de covid-19 a situação se agravou porque houve a necessidade do distanciamento social e restrições por causa do vírus. Com isso, os artistas foram o primeiro público de trabalhadores/as de cultura a parar suas atividades e os últimos a retomar as atividades culturais.

A LAB foi fundamental nesse processo de construção. Por exemplo, o Estado do Rio Grande do Norte recebeu, em média, R\$ 32,5 milhões, que eram repassados para os municípios a partir de uma conta jurídica. A Prefeitura tinha um fundo municipal de cultura com CNPJ, assim o recurso financeiro ia para esse fundo e as prefeituras abriam os editais.

Os mecanismos de execução desses recursos destinados aos produtores artísticos e culturais vieram por intermédio do Governo Federal e caíam na conta do Estado, que repassava para os municípios. Com isso, era importante que os municípios realizassem a atualização dos cadastros dos artistas para poder acessar os editais.

Com base nos entrevistados, o mecanismo do recurso que foi destinado aos artistas ocorreu via fundo estadual de cultura e fundo municipal de cultura. Cada agente público precisava ter uma conta jurídica. Os editais e a forma de execução são acompanhados pelos órgãos gestores. *“Quando você termina seu espetáculo, você tem um relatório, você tem a prestação de conta, o que você gastou, isso é muito interessante, porque é dinheiro público e a gente precisa prestar conta desse dinheiro público”* (COLABORADOR 1, 2023). Dessa forma, é feita uma prestação dos recursos que foram destinados e os gastos pelas companhias de teatro.

Para o teatro, segundo o artista, foi lançado o edital de circulação, cujo processo de circulação se dava de forma online a partir dos espetáculos que já estavam prontos. Sobre os recursos, os artistas informavam o que queriam desenvolver nos editais. A Colaboradora 2 (2023) fundamentou que *“foram 2 editais com o recurso do município na secretaria da cultura, os outros editais que vieram do espaço cultural e os da lei Aldir Blanc vieram de recursos do governo federal”*.

Portanto, os critérios para que o Estado e o município fossem contemplados com o auxílio emergencial destinado ao setor cultural se deu por meio de reuniões dos artistas com o campo de interesse. Depois, os artistas informavam na plataforma Mais Brasil o plano de ação, a conta e depois era necessário fazer o fechamento, que era a prestação de conta.

Os mecanismos de execução dos recursos disponibilizados no período pandêmico para os artistas foram através de editais, que necessariamente exigiram a produção de um projeto mediante aprovação. Assim, *“a liberação do recurso após a liberação do recurso, o grupo passava a executar, o acesso a execução o projeto geralmente você leva online com ensaios virtuais uma apresentação de artísticas virtuais* (COLABORADOR 5, 2023). Nessa perspectiva, cabe ressaltar que o Estado e o município que não tiveram acesso a esse edital foram devido à falta de organização da gestão. O Governo Federal liberava para o Estado, para o município, e o município é quem fazia esse gerenciamento. Para isso, tinha que ter o Conselho Municipal de Cultura, que estar cadastrado no MinC em todas aquelas políticas das conferências.

A Colaboradora 6 (2023) destaca que, como representante do Grupo de Teatro Escarcéu, participou da primeira conferência, em 2003. A conferência foi realizada em Juazeiro da Bahia. Nesse período, a cidade de Mossoró fez a adesão ao Conselho Nacional de Cultura (CNC). Quase 18 anos depois, Mossoró já está cadastrada. Com relação a esse edital da Lei Aldir Blanc, Mossoró teve abertura para receber o recurso devido a uma luta do coletivo dos artistas articulados, que já havia cadastrado o município, 2003.

Sobre os editais de incentivo à cultura lançados no período da pandemia da covid-19, o grupo de teatro O Pessoal do Tarará fez projetos individuais. A artista entrevistada destacou que havia um trabalho quando fez um intercâmbio para o México, como dançarina, e quando voltou foi para o teatro. Ela realiza um trabalho com as artes cênicas. Ela ressaltou que *“o Estado e município, pelo município foi difícil, ambos receberam recursos sendo que a limitação do município foi bem maior”* (COLABORADORA 4, 2023). Assim, a artista frisou que aplicação dos editais foi diferente. Com relação a *“o Governo do Estado foi muito feliz, assim porque se preocupou não só com o setor artístico, se preocupou [governo do Estado] inclusive com mestres e mestras a gente conseguiu fazer projeto também para as pessoas”* (COLABORADORA 4, 2023).

O Grupo Escarcéu teve acesso aos editais e conseguiu junto à FJA e à Prefeitura de Mossoró. O grupo de teatro também foi contemplado com a lei Maurício de Oliveira, que consistiu muito mais na preparação dos espetáculos ou venda de espetáculos para serem apresentados quando a pandemia acabasse. Alguns editais vieram antes da pandemia. *“O cumprimento dos projetos coincidiu com o período da pandemia, então eles acabaram assim que meio abrindo mão das apresentações presenciais para apresentações online”* (COLABORADOR 5, 2023).

A Colaboradora 6 (2023), do Grupo de Teatro Escarcéu, abordou que as políticas públicas de fomento no período da pandemia foram o acesso à Lei da Aldir Blanc, tanto pelo Estado quanto pelo município. Via Estado ela desenvolveu o projeto intitulado “Corpos negros na arte”. Foi uma conferência realizada com a professora Ady Canário de Souza Estevão (UFERSA) e também com o professor Tobias Arruda Queiroz (UERN), em que produziu vídeos sobre corpos negros na arte, nos quais convidava quatro artistas negros para falar de sua negritude e experiência enquanto artista negro na cidade de Mossoró.

Os editais a que a Companhia de Teatro Pão Doce teve acesso no período da pandemia possibilitaram gravar os espetáculos. O grupo foi convidado por um teatro, em São Paulo, para fazer uma temporada online. Esse trabalho online, intitulado “A Casatória c’a Defunta” teve incentivo financeiro dos editais da Lei Aldir Blanc, que possibilitou também muitos festivais online no Estado do RN. Para realizar os espetáculos, o grupo fez todas as adaptações na estrutura das telas com o espaço do teatro em suas casas. O grupo também participou do chamamento do edital do Itaú Cultural de São Paulo para desenvolver um projeto chamado Encruzilhada Nordeste, com acesso ao audiovisual.

Outros trabalhos da Companhia de Teatro Pão Doce, segundo a Colaboradora 7 (2023), foram “a Luz do luar”, que falam sobre a cidade de Mossoró, e “Constância”, cena de 15 minutos realizada também a convite do Itaú Cultural. A companhia ainda desenvolveu “A Poesia a vista”, em que gravou poemas de poetas da cidade Mossoró/RN. Outra parceria foi com o SESC, com o edital do Estado, que foi o Poti cultural. O grupo fez um podcast sobre a história brincada com contação de história para crianças. *“Também tiveram parcerias com empresa particular Quili Cult que de seguro de vida, realizaram um chamamento e a cia de tetro pão doce foi aprovado, então, o espetáculo teve em cartaz”* (COLABORADORA 7, 2023).

3.2.1. Os entraves da Lei Aldir Blanc

Os entraves da LAB destacados pelos colaboradores da pesquisa se referem ao recebimento do fomento pelos artistas. Quando o produto final chega até os artistas, apresenta uma linguagem mercadológica, no sentido de que os editais disponíveis poderiam ser mais flexíveis voltados para a realidade dos/as produtores/as de cultura, porque muitos deles/as não têm uma capacitação técnica para criar projetos.

A burocracia para acessar o edital foi apontada como um desafio. Desse modo, é relevante destacar que o poder público poderia capacitar e viabilizar a forma de acesso aos editais, pois era necessário fazer um cadastro, comprovar a realização das atividades culturais e a formalização dos/as trabalhadores/as da arte e cultura. Nota-se nos relatos que o excesso de burocracia dificultou bastante o acesso às políticas de cultura. A Colaboradora 2 (2023) realçou que nesse período *“não era tão necessário a prestação de contas porque muitos dos artistas precisavam fazer uma feira para sobreviver e esses gastos poderiam ser ditos em uma relatoria”*.

Outro fator pertinente que dificultou a contemplação dos artistas foi a falta de capacitação. Em alguns Estados e municípios, os recursos destinados não chegam ao artista e voltam pela falta de instrução dos gestores (COLABORADOR 3, 2023). Desse modo, os Estados e municípios que não estavam preparados legalmente para implementar a Lei Aldir Blanc (LAB) devolveram os recursos e não tiveram acesso aos editais.

A Colaboradora 4 (2023) ressaltou que as ações via Estado foram ágeis, porém tiveram como ponto negativo a acessibilidade. *“O ponto negativo talvez seja esse que eu pego do Estado, ter realmente esse cuidado para com as pessoas que estão a margens disso tudo, dentro fluxo”* (COLABORADORA 4, 2023).

O Colaborador 5 (2023) reforça que os pontos negativos dos editais foram a dificuldade de elaboração de projetos e a acessibilidade, pois nem todos os artistas tinham prática com as tecnologias/internet. Outro ponto negativo destacado foi o jogo de interesses dos poderes. *“Depois o MINC foi que desconfigurado em 2019, os recursos para o setor cultural ficaram escassos, não tinha Ministério, não tinha editais, não tinha recursos, ficou tudo resumido apenas ao escritório da Funarte”* (COLABORADORA 6, 2023). Dessa forma, esses editais de fomento têm como pontos negativos que os recursos não eram destinados diretamente para o artista, mas para pagar o aluguel do espaço,

figurinos e ferramentas digitais, plataformas, cenário, vestimentas. “O pessoal da companhia onde sua renda sai da companhia, escreveram projetos tanto pelo CNPJ da companhia como projetos por CPF” (COLABORADORA 7, 2023).

A LAB foi um ganho para o campo cultural. Apesar disso, surgiram os entraves, especificamente a atualização dos sistemas de cultura. Essas exigências burocráticas foram critérios a serem seguidos para que os Estados e municípios tivessem acesso ao auxílio emergencial destinado ao setor cultural.

Alguns parâmetros foram definidos para que os artistas tivessem acesso ao auxílio emergencial proposto ao setor cultural. Conforme o decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020:

Artigo 4º Farão jus à renda emergencial prevista no inciso I do caput do art. 2º os trabalhadores da cultura com atividades interrompidas que comprovem”
 I - terem atuado social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores à data de publicação da Lei nº 14.017, de 2020, comprovada a atuação por meio da apresentação de:
 a) autodeclaração, conforme modelo constante do Anexo II; ou
 b) documentação, conforme lista exemplificativa constante do Anexo II;
 II - não terem emprego formal ativo;
 III - não serem titulares de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiários do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Programa Bolsa Família;
 IV - terem renda familiar mensal **per capita** de até meio salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até três salários-mínimos, o que for maior;
 V - não terem recebido, no ano de 2018, rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos);
 VI - estarem inscritos, com a respectiva homologação da inscrição, em, pelo menos, um dos cadastros a que se refere o art. 6º; e
 VII - não serem beneficiários do auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2020 (BRASIL, 2020).

Dessa forma, os Estados e municípios precisaram seguir as normas para que pudessem ser contemplados com o auxílio emergencial. Com isso, necessitavam da comprovação de que os artistas atuavam na arte e na cultura. Esse decreto federal foi fundamental e gerou esperança no apoio ao setor cultural. Entretanto, durante esse período pandêmico, os fazedores e fazedoras de cultura passaram por muitas dificuldades. Assim, “já que persistiam muitas dúvidas operacionais para a descentralização do recurso, em um procedimento e valor inéditos” (SEMENSATO; BARBALHO, 2021, p. 90). No regimento foi solicitado:

A apresentação de Plano de Ação com a previsão de destinação dos recursos; a divisão de responsabilidades entre Estados e Municípios; a exigência de

relatório de gestão final, a ser preenchido pelo gestor do ente federado, o qual deverá detalhar a aplicação do recurso em nível local, inclusive com prestação de contas do uso por cada beneficiário, sendo as informações apresentadas de responsabilidade do gestor, que responderá por elas nas esferas civil, administrativa e penal (SEMENSATO; BARBALHO, 2021, p. 90-91).

Os autores supracitados discorrem sobre a atualização da plataforma de Sistema Nacional de Cultura (SNC): “Ressalta-se que esses percentuais não representam necessariamente a inexistência das instituições, pois envolve também a falta de atualização de dados por parte dos gestores” (SEMENSATO; BARBALHO, 2021, p. 90-91). Isso significa que as gestões de cultura deveriam atualizar os cadastros para a arrecadação de fundos das recentes leis de forma adequada. Consideramos que essa prática de atualização dos cadastros no SNC não era uma prática recorrente da gestão de cultura.

Sobre os entraves para ter acesso às políticas públicas de cultura, precisamos destacar que muitos artistas não sabem escrever projetos, o que dificultou, por sua vez, a não contemplação com as leis/editais de fomento destinados ao setor cultural.

De acordo, com os discursos dos artistas entrevistados, há uma carência na construção de projetos culturais. Não há incentivos nem políticas públicas que favoreçam as pessoas que não sabem escrever um projeto, que sabe mesmo atuar nos palcos, nas ruas, ou/e com a arte e cultura popular. Nesse sentido, por conta da burocracia, deixam de acessar o fomento de apoio cultural por não ter um projeto eficaz adequado à realidade local.

O Colaborador 3 (2023) acrescenta também como pontos negativos “*a questão dos recursos que foram devolvidos pelas prefeituras para o estado, sem passar por um estudo do município*”. Um exemplo é o município que devolveu o recurso porque não regulamentou e/ou não sabia em que empregá-lo. No município que tem rezadeira, um contador de história, um poeta, aquele/a que trabalha com plantas medicinais e sabe as suas funções fitoterápicas, todos/as fazem cultura. Isso nos leva a perceber que, para muitos, fazer cultura é apenas o fazer do teatro, da dança, da música. A cultura abrange um campo amplo de conhecimentos, histórias e tradições. Nesse contexto, é importante pensarmos em incentivos que promovam o direito dos fazedores/as culturais de acessar as políticas públicas de cultura de forma igualitária e solidária de acordo com a realidade local.

3.2.2 A viabilidade da Lei Aldir Blanc

A viabilidade da LAB foi fundamental nesse processo de construção por ter sido um processo discutido com as bases governamentais. O poder Legislativo sinalizou para o trâmite acelerado da LAB, e Estados e municípios começaram a se preparar para atender aos requisitos do recebimento do recurso (SEMENSATO; BARBALHO, 2021, p. 96). Essa lei ajudou a fortalecer as gestões de cultura com a atualização de seus cadastros para participar dos editais publicados nos Estados e municípios.

Os editais da LAB possibilitaram o aluguel de espaços e reformas dos espaços dos grupos de teatros, contribuindo para o desenvolvimento das atividades artísticas. Possibilitaram também os artistas se fortalecerem para otimizar os espetáculos. Com a LAB, os artistas tiveram acesso a empréstimos, o que antes não existia por não terem carteira assinada.

Um dos pontos positivos citados é que foi possível destravar o recurso que estava em um fundo e transformá-lo em lei. A LAB sai de um auxílio para uma lei de fomento de incentivo ao campo cultural. Para isso, houve uma mobilização da sociedade, a participação de administradores/as públicos independentemente de sua ideologia política. Com essa união dos fazedores/as de cultura, a mobilização e a participação, surgiram possibilidades de acessar e reformular novas leis com fortalecimento para o setor cultural.

Ainda sobre os pontos positivos, é importante destacar que existia o incentivo dos editais e que os artistas se uniram e se ajudaram nessa construção. Também é positivo com relação ao espaço cultural, por exemplo, *“o espaço cultural dentro da lei era subjetiva, se você tinha na rua é algo permanente que você fazia ali era considerado também um espaço cultural. No caso, das artesãs recebiam, mesmo a produção sendo na sua casa”* (COLABORADORA 2, 2023).

Com a chegada das leis e editais de assistência emergencial para a cultura, houve um impulsionamento financeiro, que contemplou várias atividades culturais. Esses pontos foram positivos para o setor da cultura porque os artistas tiveram acesso aos recursos da LAB e produziram ações voltadas para o audiovisual por meio da promoção e valorização das atividades artísticas. Isso significa que os editais contemplados no período da pandemia consistiram em políticas públicas de cultura propostas na tentativa de tornar menos difícil a vida do artista. *“Mas, isso não foi suficiente, infelizmente, a pandemia foi*

maior do que as nossas condições os nossos desejos e as ofertas” (COLABORADOR 5, 2023).

Portanto, os editais implementados na pandemia permitiram que as pessoas se reinventassem, em especial, os/as produtores/as de cultura que tiveram oportunidade de acompanhar e realizar apresentações online, como peças de teatro, espetáculos de dança, de música.

3.3 O papel das tecnologias para os/as artistas que fazem teatro em Mossoró no período da pandemia de covid-19

Esse período da pandemia de covid-19 resultou em medidas cautelosas para conter o vírus. Devido ao isolamento social, foi necessária a suspensão dos espetáculos, de eventos e de atividades artísticas e culturais de forma presencial. Com isso, os fazedores/as de cultura enfrentaram dificuldades, entre elas, a questão financeira, porque muitos dependiam de sua arte para sobreviver.

Desse modo, as tecnologias desempenharam um papel fundamental na mediação da cultura, especialmente no campo do teatro. Dessa forma, as tecnologias foram essenciais no processo de adaptação, pois a utilização das tecnologias permitiu a continuidade das produções artísticas. Os avanços tecnológicos estão cada vez mais presentes na sociedade. Diante disso, são necessárias políticas públicas culturais de formação e aperfeiçoamento da utilização dessas tecnologias no campo do teatro.

Nesse período, os/as fazedores/as de cultura realizaram seus espetáculos direcionados para o formato online, porque as pessoas não podiam sair para ter contato direto com as/os artistas. Por isso, os/as artistas buscaram outras formas para desenvolver seus trabalhos, adaptando-se ao teatro online.

Com base nas entrevistas, podemos perceber que foi um período de muito aprendizado, mas também um período de dificuldade, desde a manutenção e utilização das tecnologias até a falta do contato direto com o público, com o olhar direcionado para os/as telespectadores/as. Assim, percebe-se que fazer arte no campo do teatro é fundamental a emoção, o contato com o outro e a interação com o público.

Com isso, foi necessária uma nova maneira de se fazer teatro e outras atividades culturais, com o desenvolvimento das atividades artísticas sendo por meio da transmissão

via internet. Para isso, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) tiveram um papel importante nesse caminhar para que os artistas pudessem continuar desenvolvendo as atividades culturais.

A cultura e a tecnologia influenciam nossas práticas cotidianas, ambas, necessariamente não conseguem se desprender de nossas realidades vividas. Seguindo esse pensamento sobre a cultura, arte e tecnologia, a artista afirma que:

A cultura é tudo que somos, ela influencia no falar, no desenvolver, no andar, no olhar, em tudo que nós somos. A arte é um processo intrínseco no ser humano no entretenimento ou nos movimentos artísticos culturais como artesanato, a rezadeira, a parteira, tudo faz parte desse nicho cultural e a tecnologia não se desvincula de nossas práticas cotidianas (COLABORADORA 2, 2023).

A Colaboradora 2 (2023) ressalta que “a arte e cultura ressignifica e transforma”. Consideramos que a cultura, arte e tecnologia não se separam porque estão interligadas por meio das técnicas, das ações, representações e realizações em nosso cotidiano, em nosso viver.

A produção dos espetáculos no formato online foi bem diferente do teatro realizado no contato direto com o público. O Colaborador 3 (2023) evidencia que tem uma opinião diferente dos/as companheiras(os). Para ele, nesse período, “o teatro não aconteceu”. *Não houve teatro na pandemia, houve o teatro da época de William Shakespeare na época do Teatro Elizabetano que aglomeravam muita gente e fechavam-se os teatros*. Da mesma forma, ocorreu na época da Segunda Guerra Mundial, quando fecharam os teatros. O primeiro teatro europeu reabriu depois da Segunda Guerra, no dia 27. Por isso que o dia 27 de março foi instituído como Dia Internacional do Teatro. Por conta disso o teatro é aberto pós-guerra da mesma forma que nesses períodos o teatro não existiu (COLABORADOR 3, 2023).

Segundo o Colaborador 3 (2023), no período da pandemia ocorreu um treinamento.

Não foi teatro porque não existe teatro por internet, só existe no ato, no presente, naquele momento, “momentânea efêmera”, que é o momento em que a pessoa está fazendo e o momento do público com quem está fazendo, o ator/a, o artista e ao mesmo tempo a plateia assistindo em comunhão, “o teatro é isso”.

Assim, percebemos que o artista afirmou que o teatro é esse momento de interação artista e público, em que passa a emoção de ambas as partes, em que pode ocorrer a partir de roteiro e com a improvisação do momento. Sobre isso, ele relata com emoção o teatro de rua *“que você assiste, o todo, o vento passa e arre pia e por conta de um bêbado que falou alguma coisa interfere na fala e aquela fala sai mais potente, participativo, o teatro ela é tridimensional”* (COLABORADOR 3, 2023). Nesse sentido, é visível a emoção as intervenções que causa no artista a alegria de atuar, de improvisar e criar novas falas, contar histórias e ter a plateia de forma presencial no momento da atuação.

A Colaboradora 4 (2023) relata que *“já o trabalho com o corpo era muito difícil de realizar porque tinha a questão da distância”*. Dessa forma, as leituras de estudo foram feitas através de uma plataforma que fazia transmissão também dos espetáculos teatrais no formato virtual.

Diante disso, o Colaborador 5 (2023) ressalta que *“sentiu muitas saudades do tempo que o grupo de teatro se encontrava para conversar, ensaiar e realizar o trabalho e na pandemia tiveram que aderir o recurso tecnológico das redes sociais”*. Dessa maneira, o artista desabafa que houve uma limitação dessas práticas culturais que passaram a ser inovadas devido ao distanciamento. Com isso, os artistas buscaram a superação com muita persistência, acreditando que tudo iria passar. As tecnologias digitais mediarão esse fazer do teatro, sendo uma experiência que modificou bastante a forma de realizar suas atividades culturais. A Colaboradora 6 (2023) destaca que aprendeu muito a *“fazer teatro no formato virtual foi diferente, não tão muito bom, mas, foi uma experiência com aprendizagens que despertou o desejo que sempre teve de trabalhar com cinema e, na pandemia, conseguiu realizar dois vídeos”*.

A produção no formato online no período da pandemia proporcionou também a produção do teatro em que os artistas absorveram e consumiram outras artes e culturas espalhadas pelo país e pelo mundo, o que trouxe conhecimentos para as companhias de teatro, que puderam assistir a outras apresentações. Isso *“possibilitou assistir peças de difícil acesso, a exemplo dos grandes centros, coisa que só iam assistir se fossem ao Rio de Janeiro em São Paulo a Bahia, assim, possibilitou eu ter acesso a essas produções”* (COLABORADORA 7, 2023). Portanto, podemos perceber a pluralidade da arte, em que os artistas publicaram via online os seus trabalhos como também tiveram acesso a outros trabalhos, ocorrendo assim uma troca das práticas culturais mediadas pelas tecnologias.

A interação do público na transmissão do espetáculo online foi muito desafiadora, porque os artistas ficavam observando as câmeras fechadas. Isso os deixava inicialmente preocupados se estavam conseguindo passar a mensagem. Em geral, eles conseguiram passar a mensagem do teatro no formato online, se adaptando a outra forma de fazer os espetáculos.

Para os/as fazedores/as de cultura, foi um desafio trazer a energia do teatro nos palcos com as pessoas emocionadas e passar para um formato de uma telinha. Entretanto, notou-se que eles atingiram mais pessoas de forma online do que presencial. Os espetáculos que faziam no teatro (presencial) com 100 pessoas, numa plataforma (online) eles podiam ter um público de 200 ou 250 telespectadores.

A interação com o público foi bem diferente, voltada para o virtual, as apresentações eram desenvolvidas via redes sociais. *“Foi necessário se adaptar a essa realidade, porém, foi bem desafiador por precisar dessa troca artista e público (COLABORADORA 4, 2023).* Com isso, sabemos que as tecnologias ajudaram bastante no desenvolvimento das atividades artísticas. Todavia, deixavam lacunas, porque o teatro é muito do presencial da realidade vivida do momento, no experienciar.

Na prática cotidiana do teatro no formato online, não ocorre a interação com o público da obra de arte como um todo, *“as linguagens artísticas atingir outros espaços por meio dos recursos de audiovisual” (Colaborador 5, 2023).* Nesse sentido, os artistas precisariam se reinventar sem perder a característica do momento. Para o Colaborador 5 (2023), é interessante que *“essas linguagens artísticas porque nesses momentos a gente transforma a linguagem teatral, poética em linguagem cinematográfica a gente procura manter a essência da arte”.* Assim, a arte precisa estar viva por meio dessas representações do campo do teatro que inovaram para expressar a cultura por meio de seus trabalhos sem perder a característica da cultura.

Ainda sobre a interação do público na transmissão desse espetáculo online, a Colaboradora 6 (2023) afirma que, *“no início ficou com medo das pessoas não entrar nos espetáculos, depois todos interagiam curtindo, enviando emojis, acho que deve ter afetado, com outras formas das pessoas ver a arte”.* Nesse sentido, os artistas se sentiram importantes, como os artistas que estão na televisão. Essa interação ocorreu de maneira diferente. A Colaboradora 6 (2023) reforça que *“a arte que você ver na tela, não é arte das estrelas, é de pessoas que você pode ver passando na sua rua”.*

As tecnologias facilitaram no período da pandemia porque todos/as precisaram se adequar à nova realidade vivida. Nesse sentido, as tecnologias foram muito importantes, e os artistas tiveram que lidar com uma nova forma de fazer teatro. Dessa forma, os grupos de teatro se adequaram com a utilização das tecnologias.

As tecnologias facilitaram a vida dos artistas. Com o acesso ao recurso da Lei Aldir Blanc, por exemplo, eles compraram câmera, gravador, computador para fazer as transmissões online. Entretanto, *“as tecnologias não podem aprisionar a arte”*. (COLABORADOR 3, 2023).

O uso das tecnologias possibilitou que os artistas exibissem suas produções e dessem continuidade às atividades artísticas. Elas os ajudaram a se conectar uns com os outros, mesmo estando distantes. A partir dos recursos técnicos, os artistas/fazedores/as de cultura produziram e deixaram trabalhos registrados, principalmente, audiovisual.

Segundo a Colaboradora 1 (2023), no início foi muito difícil, porque no teatro *“a arte é realizada no contato direto com os telespectadores, com a emoção, com os sentimentos, a arte é essencialmente humana de estar perto”*. Entre essas dificuldades, ela destacou que o acesso à internet foi difícil para os artistas que moravam na zona rural porque ficavam sem acesso à internet. Também a falta de recursos financeiros para comprar materiais digitais de ponta, ou seja, um microfone, notebook, luzes adequadas, câmeras.

Segundo a Colaboradora 4 (2023), *“o fazer do teatro é estimular o pensamento, a sensibilidade para transformar. É uma responsabilidade grande para gente, porque tem essa coisa de estimular as pessoas a refletirem sobre suas vidas”*. Em suma, é visível que, mesmo diante das dificuldades, as tecnologias auxiliaram o fazer, mas também dificultaram no quesito do contato com o outro, dessa sensibilidade. Mesmo assim, os artistas não desistiram e buscaram proporcionar essa ação emotiva pela distância.

Com relação às tecnologias, podemos considerar que elas facilitam a conexão, o fluxo de comunicação e informação de forma rápida, mas devemos levar em consideração que esses equipamentos tecnológicos não estão disponíveis para todos/as, pois nem todos/as sabem mexer nessas ferramentas digitais.

A Colaboradora 7 (2023) enfatiza algumas dificuldades, como a internet que cai, a falta de energia elétrica, assim *“como no teatro de rua que também estão propícios a qualquer coisa, exemplos: o cachorro que late, a chuva, ventania, as pessoas que não*

querem assistir, outras que intervir”. Nesse sentido, assim como no formato presencial, no formato virtual também ocorrem as supressas e improvisações para que o trabalho com a arte e cultura possam acontecer.

Nessa perspectiva, portanto, “as novas tecnologias da informação explodiram em todos os tipos de aplicações e usos que, por sua vez, produziram inovação tecnológica, acelerando a velocidade e ampliando o escopo das transformações tecnológicas, bem como diversificando suas fontes” (CASTELLS, 2002, p. 44). Nesse contexto, percebemos que as tecnologias se propagam por novas técnicas em várias culturas e segmentos, sendo ferramentas importantes que auxiliaram bastante em vários setores da sociedade, ao promover a disseminação das informações de forma rápida.

As tecnologias refletem sobre nossas ações, nos tornando dependentes desse fluxo de transmissão de informações em tempo real. Isso foi essencial no período pandêmico, em que as tecnologias nos aproximaram das pessoas que amamos, mesmo estando distantes. No campo da cultura, a tecnologia está cada vez mais presente em nosso cotidiano. No período da pandemia de covid-19, as tecnologias promoveram a produção de conhecimentos e a realização das atividades artísticas e culturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, portanto, identificamos a importância das políticas públicas de cultura que promovam a valorização das práticas culturais, dos símbolos que refletem nas identidades, as representações das influências vividas de um povo e lugar por meio das expressões culturais de cada realidade. É importante que as políticas públicas efetivas de cultura possibilitem a ressignificação das identidades, as características dos sujeitos atuantes (artistas culturais) no meio social. Com isso, precisam ser formuladas e implementadas, considerando as particularidades do contexto e as necessidades dos/as fazedores/as de cultura local.

Vale destacar que a extinção do Ministério da Cultura (MinC) teve como consequência o retrocesso e o desmonte nas instituições. Sobre os impactos causados pela pandemia no setor cultural, as estratégias de organização dos produtores de cultura no campo do teatro foram de muita luta e resistência em meio aos desafios que os/as fazedores de cultura vivenciaram nesse período.

Consideramos que a organização dos artistas trouxe uma articulação desse público em busca de melhorias para o setor cultural que foram essenciais no fortalecimento e efetivação das leis de fomento à cultura (Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo). Seguindo essa lógica dos acontecimentos, podemos destacar que o cenário foi desafiador, pois foi necessária uma mobilização dos setores atingidos e da sociedade em geral em busca de medidas diretivas em defesa da cultura e da democracia.

Nesse sentido, outra situação relevante nesse período pandêmico para o campo cultural foi o uso das tecnologias como instrumentos que auxiliaram aos artistas a dar continuidade às suas atividades no formato online (virtual), desenvolvidos por meio de plataformas digitais e lives em redes sociais.

Contudo, os/as artistas também ressaltaram as dificuldades de realizar o teatro no formato online devido precisar de técnicas para lidar com as novas ferramentas e a falta do contato direto com o público (presencial). É notório que o fazer do teatro é transformar, é do momento, da improvisação, do contato com o outro, do olhar, da alegria, da emoção e do experienciar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Congresso derruba vetos e garante mais recursos para setor cultural**. 5 jul. 2022. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/05/congresso-derruba-vetos-e-garante-mais-recursos-para-setor-cultural>. Acesso em: 07 jul. 2022.

BARBALHO, Alexandre. **Política cultural e desentendimento**. Fortaleza: IBDCult, 2016.

BARBALHO, A.; FIENGO, S. E. V. Política cultural em tempos de pandemia. **Políticas Culturais em Revista**. Salvador. v. 14, n. 1, 2021.

BELING, J. J. X. Políticas culturais. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 6/7, p. 79-96, 2004/2005.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm> Acesso em: 1º mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em:

<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 18 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.017 de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública

reconhecido pelo Decreto nº 6, de 20/03/2020. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14017.htm. Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020**. Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para dispor sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10464.htm: Acesso em: 05 maio 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar nº 73 de 2021: Lei Paulo Gustavo**”.

Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg->

[getter/documento?dm=8967654&ts=1649244229783&disposition=inline](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8967654&ts=1649244229783&disposition=inline). Acesso em: 05 maio 2022.

BRASIL. **Lei complementar nº 82, de 3 de abril de 2013.** dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Mossoró, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financeiros e outras providências. Disponível em: https://www.uern.br/controledepaginas/proexpic/arquivos/3703plano_municipal_de_cultura.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei 1.075/202.** Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/142136>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a era lula. **Revista do Instituto de estudos brasileiros**. Brasil, n. 58, p.137-156, jun. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82392/85368>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CALABRE, Lia. Pandemia e pandemônio: impactos sobre o campo da cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (org.). **Cultura e Política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2019/medidaprovisoria-870-1-janeiro-2019-787588-publicacaooriginal-157192-pe.html>. Acesso em: 07 jan. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Congresso derruba vetos e restaura leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2.** 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/894370-congresso-derruba-vetos-e-restaura-leis-paulo-gustavo-e-aldir-blanc-2/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/casadosconselhos/cmc/regimentointerno.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

CANCLINI, N. G. Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano. In: BRIZUELA, J. I.; ROCHA, R. **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 45-86.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede** – a era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume 1. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 1997.

DEBUS, J. C. dos S.; BALÇA, A. **O teatro do oprimido: mediação e construção da autonomia**. Educar em Revista, Curitiba, v. 38, e82174, 2022.

DUCAN, Zélia. Texto, intitulado “**Vida em Branco**”. 09 jan. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/B7D9JJjBBp6/?igshid=MmJiY2I4NDBkZg==> Acesso em 2023.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. 3.ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FÉLIX, Paula; FERNANDES, Tatiane. **Política Cultural**. Salvador: FACOM/UFBA, 2006. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. **Edital público simplificado 001/2020** – “Tô em casa, tô na rede”. Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000229414.PDF. Acesso em: 05 maio 2022.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. **Edital nº 002/2021**. Prêmio Glorinha Oliveira – apoio emergencial a trabalhadores e trabalhadoras da cultura potiguar. Disponível em: http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000274269.PDF. Acesso em: 05 maio 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br>. Acesso em: 20 nov. 2021.

INSTITUTO NEONERGIA. **Transformando energia em cultura (2022)**. Disponível em: https://www.institutoneoenergia.org.br/pt/como-atuamos/arte-e-cultura/edital-transformando-energia-cultura/Documents/regulamentos/Regulamento_TEC_RN.pdf. Acesso em: 08 maio 2022.

JAREMTCHUK, Dária; MIGUEL, Jorge Luiz. A campanha difamatória contra a exposição *Queermuseu*. **Dossiê Guerras Culturais**. ISSN 2175-8689. v. 23, n. 3, 2020. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>. Acesso em: 08 maio 2023.

KOHN, Karen; MORAES, C. H. de. O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXX set. 2007.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORENO, Wilson. **Teatro Municipal Dix-huit Rosado**. Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Mossoró. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/47952/teatro-dix-huit-rosado-passa-por-grande-reforma-e-sera-reinaugurado-nesta-segunda-feira>. Acesso em: 05/07/2023.

PHABLO, Allan. **Teatro Lauro Monte Filho**. Prefeitura Municipal de Mossoró. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/45664/opera-o-empresario-estreia-nesta-sexta-feira-no-teatro-lauro-monte-filho>. Acesso em: 05/07/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**: Programa de Políticas Públicas de Cultura. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores, 2002. p. 23. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-aimaginacaoaservicodobrasil.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

PEÇANHA, Érica. **A cultura como campo de trabalho para a juventude**: políticas, experiências e desafios. vol. 1 – São Paulo: Ação Educativa, 2015.

PEIXE, J. R. A cultura precisa respirar para continuarmos vivos. *In*: RUBIM, A. A. C., TAVARES, M. (org.) **Cultura política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

PESSOA, Nara da Cunha; RODRIGUES, Edivânia Duarte; BERNARDO, Hilana; COSTA, Thácito Regies. Políticas culturais no Rio Grande do Norte no contexto da pandemia do Covid-19. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 192-213, jan./jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. **Decreto nº 5805, de 9 de setembro de 2020**. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/wp-content/uploads/2020/09/DECRETO-5805-Lei-Aldir-Blanc-Cultura.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. **Minuta do Regimento Interno Capítulo I Das Finalidades**. 8 nov. 2002.

RAMÍREZ, Christiane. Nossa cultura em pandemia. *In*: RUBIM, A. A. C.; TAVARES, M. (org.). **Cultura e Política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 7.799/1999. Lei Câmara Cascudo**. Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos culturais no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências”. Portaria 113/2019-DOE Nº 14.522, DE 18/10/2019 “Dispõe sobre procedimentos para fruição do crédito presumido de ICMS a recolher, por patrocinador que apoiar financeiramente projetos no âmbito do Programa Estadual de Incentivo à Cultura denominado Programa Cultural Câmara Cascudo, instituído pelo Decreto nº 29.179, de 27 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.set.rn.gov.br/contentProducao/aplicacao/set_v2/legislacao/enviados/listagem_filtro.asp?assunto=11&assuntoEsp=15. Acesso em: 10 jun. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Edital nº 03/2020**. Formação e pesquisa - troca de saberes a distância. Disponível em:

http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000242746.PDF. Acesso em: 05 maio 2022.

ROCHA, Renata; COSTA, Leonardo; NETO, Carlos B. Paiva; ALMEIDA, Raíssa Caldas. Pesquisas como insumo para políticas culturais desafios e experiências no contexto da pandemia de Covid-19. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 133-164, jan./jun. 2021.

ROSA, Rosemar; SILVA, Rachel Inês da; PALHARES, Márcia Maria. As novas tecnologias: influências no cotidiano. *In: VI CINFORM - Encontro Nacional de Ciência da Informação*, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2005. Disponível em: http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/RosemarRosaRachelMarcia.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In: RUBIM, A. A. C. BARBALHO, A. (Orgs.). Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais entre o possível e o impossível**. O público e o privado. nº 9. jan./jun. 2007.

RUBIM, A. A. C. BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, A. A. C. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. **Matrizes**. v. 11. nº 2, São Paulo, Brasil, p. 57-77, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/123379>. Acesso em: 17 Jul.2023.

RUBIM, A. A. C. ROCHA Renata. Políticas de cultura e comunicação do Ministério da Cultura no governo Lula. **Reb. Revista de Estudios Brasileños**. Segundo i volumen 4. n 8. p. 22-35, 2017.

RUBIM, A. A. C.; TAVARES, M. (orgs.) **Cultura política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

RUBIM, A. A. C. Balanço político-cultural do governo Bolsonaro. *In: RUBIM, A. A. C.; TAVARES, M. (org.). Cultura e Política no Brasil atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 1996.

SANTOS, Daniela Vieira dos; SILVA, Mário Augusto Medeiros da; ASSUNÇÃO, Sandra. Cultura e Política no Brasil: balanço de uma década (2011-2020). **Brasileana: Journal for Brazilian Studies**. ISSN 2245-4373. v. 10. n. 1, 2021.

SANTOS, Solange. Secretaria de Cultura publica edital de credenciamento de empresas para captar recursos para os eventos culturais do município. **Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Mossoró**, 2022. Disponível em: <https://prefeiturademossoro.com.br/noticia/secretaria-de-cultura-publica-edital-de-credenciamento-de-empresas-para-captar-recursos-para-os-eventos-culturais-do-municipio>. Acesso em: 10 maio 2022.

SEMENSATO, C. A. G.; BARBALHO, A. A. A Lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC 85. **Políticas Culturais em Revista**. Salvador. v. 14, n. 1, 2021.

SESC POTI CULTURAL. **Edital do concurso nº 005/2022 para seleção de propostas artístico-culturais para o projeto Poti cultural SESC 2022**. Disponível em: https://www.sescrn.com.br/assets/arquivos/cultura-2022/004_EDITAL_DO_CONCURSO_N_004_POTI_CULTURAL_PLURALIDADE_S_DAS_ARTES_2022.pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

SESC POTI CULTURAL. **Seleção de propostas artístico-culturais para o projeto Poti-cultural Ação Sesc 2020**. Disponível em: https://www.sescrn.com.br/_ups/edital/2020/07/20/e542540ab345f9db441e0efa2db90e20...pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

SESC POTI CULTURAL. **Seleção de propostas artístico-culturais para o projeto Poti-cultural Ação Sesc 2020 (2ª edição) – SESC AR/RN**. Disponível em: https://www.sescrn.com.br/_ups/edital/2020/10/06/4361cc9e3eb551a3780083361bc249b6...pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

SESC POTI CULTURAL. **Edital do concurso nº 001/2021 para seleção de exposições para galeria Sesc Cidade Alta 2021– SESC-AR/RN**. Disponível em: https://www.sescrn.com.br/_ups/edital/2021/03/02/0a613c8fe81dcad60c962d39701b639b...pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

SESC POTI CULTURAL. **Seleção para contratação de mediador em artes visuais por tempo determinado para o calendário da galeria Sesc Cidade Alta 2021- SESC-AR/RN**. Disponível em: https://www.sescrn.com.br/_ups/edital/2021/03/17/92a7c138c8e43da3123750a7670033bd.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

SESC POTI CULTURAL. **Seleção de propostas artístico-culturais para o projeto Poti-cultural SESC 2021 – linha “Pluralidade das Artes” – SESC AR/RN**. Disponível em: https://www.sescrn.com.br/_ups/edital/2021/07/01/78b168c4c6bc3c5ee665997af84f76db.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

SESC POTI CULTURAL. **Edital do concurso nº 004/2021 para seleção de propostas artístico-culturais para o projeto Poti-cultural SESC 2021 – linha “Fomento Audiovisual” – SESC AR/RN**. Disponível em:

https://www.sescrn.com.br/_ups/edital/2021/07/01/0a94141aa7c598342850dae64f9b1bd3.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

SILVA, Samara Taiana de Lima. As políticas culturais no período da pandemia: uma análise do Rio Grande do Norte. **Observatório das Metrópoles Núcleo Natal**. 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/as-politicas-culturais-no-periodo-da-pandemia-uma-analise-do-rio-grande-do-norte/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SOUZA, Vânia Lúcia Costa Alves; OLÁRIA, Vânia. Outros olhares sobre o uso da imagem em pesquisa qualitativa: o exercício com a interpretação de Didi Huberman. **Comun. & Inf.**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 6-22, jul./dez. 2014.

TAVARES, Márcio. Guerra cultural: das origens a Bolsonaro. *In*: RUBIM, A. A. C., TAVARES, M. (orgs.) **Cultura política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/05/Cultura-pol%C3%ADtica-no-Brasil-atual-WEB.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

APÊNDICE A- Roteiro de entrevista

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Programa de Pós-Graduação Cognição Tecnologias e Instituições (PPGCTI)
Orientadora: Gerciane Maria da Costa Oliveira
Mestranda: Maria Alcinete Gomes de Menezes
Título de pesquisa: POLÍTICAS DE CULTURA E TECNOLOGIAS: O FAZER DO TEATRO NO PERÍODO DE PANDEMIA EM MOSSORÓ/RN.

Nome do entrevistado (a):

Cidade/Estado:

Data:

ROTEIRO DE ENTREVISTA Produtores de cultura do teatro

1. Qual o grupo de teatro atua/atuou no período da pandemia da covid 19 na cidade de Mossoró?
2. Quais políticas públicas de fomento vocês tiveram acesso no período da pandemia de Covid-2019?
3. Sobre os editais de incentivo à cultura lançados no período da pandemia da covid 19, o grupo de teatro que você participa foi contemplado em algum edital? se sim, qual? Na sua opinião quais pontos positivos e negativos você poderia destacar?
4. Quais os mecanismos de execução dos recursos destinados aos produtores artísticos e culturais? De que forma ocorreu a execução dos recursos o campo do teatro?
5. De que forma, os/as produtores/as artísticos culturais se fortaleceram/agiram na implementação e manutenção das políticas públicas de cultura frente ao governo que desprezou o campo da arte e cultura?
6. Como se deu a produção dos espetáculos no formato on-line?
7. Como você percebeu a interação do público na transmissão destes espetáculos online?
8. Em que medida as tecnologias facilitaram ou dificultaram a realização das produções artísticas?

9. Para você quais os efeitos gerados por esse período de pandemia para o setor cultural?
10. Como tem sido os desafios dos artistas de Mossoró frente aos impactos no setor cultural?
11. De que forma a Fundação José Augusto como órgão gestor próprio para a cultura vem desempenhando suas funções a fim de promover o desenvolvimento do setor cultural em Mossoró?

APÊNDICE B- Roteiro de entrevista



Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Programa de Pós-Graduação Cognição Tecnologias e Instituições (PPGCTI)
Orientadora: Gerciane Maria da Costa Oliveira
Mestranda: Maria Alcinete Gomes de Menezes
Título de pesquisa: POLÍTICAS DE CULTURA E TECNOLOGIAS: O FAZER DO TEATRO NO PERÍODO DE PANDEMIA EM MOSSORÓ/RN.

Nome do entrevistado (a):

Cidade/Estado:

Data:

ROTEIRO DE ENTREVISTA Gestão de cultura

1. Como se estrutura a gestão da cultura no Rio Grande do Norte?
2. Como se estrutura a gestão da cultura no município de Mossoró?
3. Quais as principais políticas de cultura implementadas hoje no município?
4. Quais as leis e editais fomentaram o setor cultural no período pandêmico?
5. Quais os resultados obtidos e os problemas solucionados com as leis e editais de assistência emergencial ao setor da cultura local?
6. Como se deu especificamente a implementação da lei Aldir Blanc?
7. Existiam alguns critérios para que o estado e município fosse contemplado com o auxílio emergencial destinado ao setor cultural. Se sim, quais foram os critérios exigidos?
8. Quais grupos de teatro acessaram as políticas de cultura emergenciais no período da pandemia Covid -19?
9. Na sua opinião, como as tecnologias viabilizaram o fazer cultural do teatro no período da Covid -19?
10. Como se deu as estratégias utilizadas pelos artistas para promover a produção, a distribuição e o consumo cultural durante a pandemia do Covid-19?
11. Na sua opinião, a pandemia da Covid 19 intensificou os usos das tecnologias no campo da cultura? Se sim, de forma?
12. Na sua opinião, a cultura e a tecnologia influenciam nossas práticas cotidianas. Se sim, de que forma?
13. Quais as perdas e conquistas significativas no setor cultural no período de 2019-2022?

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS DE CULTURA E TECNOLOGIAS: O FAZER DO TEATRO NO PERÍODO DE PANDEMIA EM MOSSORÓ/RN

Pesquisador: MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 63528722.2.0000.5294

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.776.265

Apresentação do Projeto:

É um projeto de mestrado, vinculado ao PPGCTI da UFERSA, em Mossoró. É um estudo de caso que objetivará avaliar a importância de tecnologias da informação como forma de mediação entre os produtores culturais (especialmente ligados ao teatro) e o público. O público é formado por dez participantes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

- Identificar e discutir as políticas públicas destinadas aos produtores de cultura com base na análise dos documentos de fomento a cultura a nível estadual e municipal.

Objetivos Específicos

- Perceber como as tecnologias foram utilizadas nesta adaptação do fazer cultural dos grupos de teatro no período a pandemia de covid 19.
- Descrever as produções teatrais desenvolvidas no período da pandemia do Covid-19 da cidade de Mossoró/RN
- Entender os impactos causados pela pandemia no setor cultural, as estratégias de organizações dos produtores de cultura no campo do teatro.

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

CEP: 59.607-360

UF: RN

Município: MOSSORÓ

Telefone: (84)3312-7032

E-mail: cep@uern.br



Continuação do Parecer: 5.776.265

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora, "Considera-se que, as respostas das entrevistas e os áudios gravados, poderão causar algum desconforto aos participantes com o constrangimento." Para minimizar os riscos, a pesquisadora garante "o anonimato/privacidade dos participantes. Não há necessidade de expor o nome do entrevistado, assim será mantido o sigilo de todas as informações, somente as pesquisadoras poderão manusear e guardar as informações adquiridas durante a pesquisa, deixando-os/as a vontade durante a aplicação da entrevista." Como benefícios, "Portanto, predemos que o referido trabalho possa servir de base de apoio pedagógico nas práticas educativas nas instituições formais e não formais de ensino com relação a arte e a cultura, levando em consideração a necessidade da valorização e democratização das práticas artísticas e culturais no meio social. Buscando chamar atenção para a necessidade do Estado criar/efetivar políticas públicas de cultura que de suporte as camadas populares com incentivos, editais e recursos que promovam os campos da arte e da cultura."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É uma pesquisa pertinente que busca entender uma questão da ordem do dia, que é a importância das TDICS como mediadora entre produtores culturais e o público nesse contexto da pandemia de Covid 19.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados e não identificamos óbices éticos para a pesquisa.

Recomendações:

É preciso tomar cuidado com alguns aspectos da língua, pois o sentido do texto fica truncado. É preciso tomar cuidado com as conjunções, pois a maioria delas está com uso deslocado de sentido. Oriente passar o projeto e/ou a dissertação por uma revisão textual.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências elencadas nos pareceres anteriores foram sanadas, de forma que o projeto segue para aprovação.

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Doença por Coronavírus – COVID-19 (decorrente do SARS-CoV-2, novo Coronavírus);

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
 Bairro: Aeroporto CEP: 59.607-360
 UF: RN Município: MOSSORO
 Telefone: (84)3312-7032 E-mail: cep@uern.br



Continuação do Parecer: 5.776.265

Considerando a forma de priorizar a saúde da comunidade com o distanciamento social, conforme determinado por cada Chefe do Executivo Estadual;

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte recomenda que as particularidades relacionadas a proteção da saúde de todos os envolvidos nos protocolos de pesquisa sejam observadas e que os decretos e resoluções pertinentes a realidade de cada Instituição Proponente, bem como das instituições anuentes, sejam respeitadas. Por fim, recomendamos que caso sua pesquisa passe por alterações em decorrência dessa paralisação uma emenda deve ser enviada ao CEP para apreciação das mesmas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2015485.pdf	01/11/2022 22:30:40		Aceito
Outros	Carta_resposta_as_pendencias_Alcinete.pdf	01/11/2022 22:24:17	MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_alterado.pdf	01/11/2022 21:57:15	MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_alterado.pdf	01/11/2022 21:56:41	MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_alterado.pdf	10/10/2022 19:47:12	MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES	Aceito

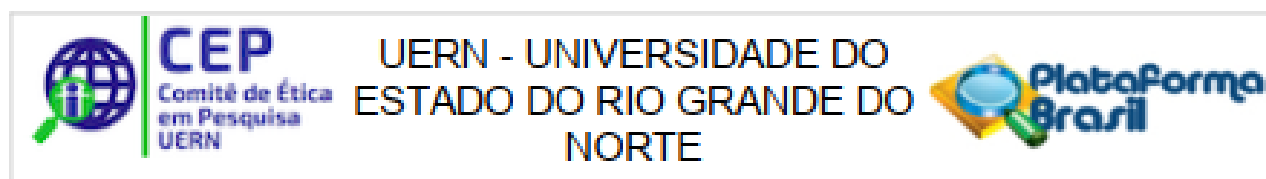
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
 Bairro: Aeroporto CEP: 59.607-360
 UF: RN Município: MOSSORO
 Telefone: (84)3312-7032 E-mail: cep@uern.br



Continuação do Parecer: 5.776.285

Considerando a forma de priorizar a saúde da comunidade com o distanciamento social, conforme determinado por cada Chefe do Executivo Estadual;

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte recomenda que as particularidades relacionadas a proteção da saúde de todos os envolvidos nos protocolos de pesquisa sejam observadas e que os decretos e resoluções pertinentes a realidade de cada Instituição Proponente, bem como das instituições anuentes, sejam respeitadas. Por fim, recomendamos que caso sua pesquisa passe por alterações em decorrência dessa paralisação uma emenda deve ser enviada ao CEP para apreciação das mesmas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2015485.pdf	01/11/2022 22:30:40		Aceito
Outros	Carta_resposta_as_pendencias_Alcinete.pdf	01/11/2022 22:24:17	MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_alterado.pdf	01/11/2022 21:57:15	MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_alterado.pdf	01/11/2022 21:56:41	MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_alterado.pdf	10/10/2022 19:47:12	MARIA ALCINETE GOMES DE MENEZES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n
 Bairro: Aeroporto CEP: 59.607-360
 UF: RN Município: MOSSORO
 Telefone: (84)3312-7032 E-mail: cep@uern.br

Continuação do Parecer: 5.776.265

MOSSORO, 24 de Novembro de 2022

Assinado por:
Ana Clara Soares Paiva Tôrres
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

CEP: 59.607-360

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3312-7032

E-mail: cep@uern.br

ANEXO B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO-UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PROPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNição,
TECNOLOGIAS E INSTITUIÇÕES-PPGCTI**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa **Políticas de cultura e tecnologias: o fazer do teatro no período de pandemia em Mossoró/RN**”, coordenada pela **Profa. Dra. Gerciane Maria da Costa Oliveira**, e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, será submetido ao seguinte procedimento metodológico: entrevistas semiestruturadas com roteiro previamente elaborado. A responsabilidade de aplicação dos procedimentos metodológicos é de Maria Alcinete Gomes de Menezes, licenciada no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação no Campo (LEDOC)_UFERSA e segunda licenciatura em Pedagogia _UNINTER. Discente do Programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Central Mossoró/RN.

Essa pesquisa tem como **objetivo geral**: Identificar e discutir as políticas públicas destinadas aos produtores de cultura com base na análise dos documentos de fomento a cultura a nível estadual e municipal. E como **objetivos específicos**: Perceber como as tecnologias foram utilizadas nesta adaptação do fazer cultural dos grupos de teatro no período a pandemia de covid 19 na cidade de Mossoró/RN; Descrever as produções teatrais desenvolvidas no período da pandemia do Covid-19 da cidade de Mossoró/RN; Entender os impactos causados pela pandemia no setor cultural, as estratégias de organizações dos produtores de cultura no campo do teatro da cidade de Mossoró/RN.

A principal **contribuição** desta pesquisa, almejamos que o referido estudo possa servir de suporte pedagógico nas práticas educativas com relação a cultura nas instituições formais e não formais de ensino, tendo em vista a necessidade da valorização e democratização da arte e da cultura. Como **justificativa** pretende-se com esta investigação, chamar atenção para a necessidade do Estado se comprometer com políticas públicas de cultura no sentido de democratiza-las, favorecendo o acesso, sobretudo, as camadas populares a partir de incentivos, editais e recursos para a promoção da cultura e da arte.

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto diz respeito as respostas das entrevistas e os áudios gravados, poderão causar algum desconforto aos participantes com constrangimentos. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente Maria Alcinete Gomes de Menezes realizará as entrevistas e somente a mesma pesquisadora responsável podera manusear e guardar as informações obtidas; Sigilo das informações por

ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta a vontade para participar das entrevistas.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados e protegidos por senha no computador pessoal da pesquisadora responsável, guardados pela mesma por no mínimo cinco anos, a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável. Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para a pesquisadora responsável Maria Alcinete Gomes de Menezes, no endereço: Distrito de Melancias, Área Rural, nº 560, CEP: 59700000-Apodi /RN. Tel. (84) 987571112. Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN)** Faculdade de Ciências da Saúde da UERN, Rua: Miguel Antonio da Silva Neto, s/n - Prédio Faculdade de Medicina - 2º Andar - Bairro: Aeroporto, CEP: 59.607-360- Mossoró/RN. Tel: (84) 3312-7032. E-mail: cep@uern.br.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar danos – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade da pesquisadora Maria Alcinete Gomes de Menezes

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. A pesquisadora estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Consentimento Livre:

Eu, _____, concordo em participar desta pesquisa **“Políticas de cultura e tecnologias: o fazer do teatro no período de pandemia em Mossoró/RN”**. Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos metodológicos e aos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Mossoró/RN, ____/____/____.

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do/a Participante



Maria Alcinete Gomes de Menezes (Pesquisadora Responsável) - Aluna do Curso de Mestrado em Cognição, Tecnologias e Instituições, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido-UFERSA, Campus Central. Endereço: Distrito de Melancias, Área Rural, nº 560, CEP: 59700000-Apodi/RN. Tel. (84) 987571112. E-mail:alcinetemenezes@gmail.com.

Profa. Dra. Gerciane Maria da Costa Oliveira (Orientadora da Pesquisa)– Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido-UFERSA/Campus Central. Rua Laura Cristina de Moraes, nº 510, casa 02, Planalto Treze de Maio, CEP: 59631-552- Mossoró/RN.Tel: (84) 99899-2479. E-mail: Geciane.oliveira@ufersa.edu.br.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN) Faculdade de Ciências da Saúde da UERN, Rua: Miguel Antonio da Silva Neto, s/n - Prédio Faculdade de Medicina - 2º Andar - Bairro: Aeroporto, CEP: 59.607-360- Mossoró/RN. Tel: (84) 3312- 7032. E-mail: cep@uern.br.